VOLUME QUINZE / NÚMERO TRÊS / 1991

desenvolvimento de base

REVISTA DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA

TEMA ESPECIAL: a silvicultura comunitária e o meio ambiente

A Fundação Interamericana, criada pelo Governo dos Estados Unidos em 1969, presta apoio financeiro direto a iniciativas de auto-ajuda da população pobre da América Latina e do Caribe. A Fundação concede anualmente cerca de 200 doações para projetos em mais de 25 países. Aproximadamente metade de seus recursos provém de dotações do Congresso e o restante é proporcionado pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social, administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Escritório de Aprendizagem e Divulgação da Fundação Interamericana publica Desenvolvimento de Base em inglês, espanhol e português. Tem por fim explorar formas de assistência ao desenvolvimento que possam contribuir mais efetivamente para os esforços de auto-ajuda. Relata como se organizam e trabalham os grupos pobres da América Latina e do Caribe para melhorar sua vida. Os artigos publicados em Desenvolvimento de Base baseiam-se fundamentalmente na experiência da Fundação Interamericana e dos grupos aos quais assiste. Contudo, a revista recebe de bom grado colaborações de pessoas não vinculadas à Fundação. Os colaboradores interessados deverão solicitar nossas "Instruções aos autores".

Salvo indicação em contrário, o material publicado em Desenvolvimento de Base é de domínio público e pode ser livremente reproduzido. Solicita-se menção da fonte e uma cópia de qualquer reprodução.

Desenvolvimento de Base é publicação incluída no *Standard Periodical Directory*, no *Public Affairs Information Service Bulletin*, no *Hispanic American Periodical Index (HAPI)* e no banco de dados *Agricultural Online Access (AGRICOLA)*. Cópias atrasadas podem ser obtidas em microfilme da *University Microfilms International*, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, Michigan 48106, EUA.

Endereço para pedidos de assinatura da revista:

Desenvolvimento de Base
Fundação Interamericana
1515 Wilson Boulevard
Rosslyn, VA 22209, EUA

Diretora da revista: Kathryn Shaw
Edição em português e espanhol: Leyda P. Appel
Tradução ao português e gráfica: João Francisco Bezerra
Coordenadora de produção: Maria Lang
Coordenadora de distribuição: Marnie A. Stokes
Assistência editorial: Ron Weber, Diane B. Bendahmane e Patrick Breslin

Desenho da capa: Robert Borja

Dirigir pedido de número limitado de exemplares atrasados desta publicação a:

TESE
Comércio Exterior e Serviços Ltda.
Rua Debret, 79 GR/501
CEP 20030 — Rio de Janeiro — Brasil

DESENVOLVIMENTO DE BASE

Revista da Fundação Interamericana

Volume 15, Número 3, 1991

Índice

Tema especial: a silvicultura comunitária e o meio ambiente			
A silvicultura comunitária e a ecologia social do desenvolvimento	3	As organizações das populações de baixa renda da zona rural estão na vanguarda quando se trata de salvar as florestas tropicais	Bruce J. Cabarle
A luta pela floresta: conservação e desenvolvimento na Sierra Juárez	12	Os camponeses do altiplano mexicano estão tomando a si a tarefa de preservar seus bosques	David Barton Bray
Em busca de uma explicação para a "tragédia dos comuns": os extratores de resina de Honduras	24	Os desincentivos da empresa comunitária tornarão o desmatamento uma profecia auto-realizável?	Denise Stanley
Levando o mundo ao Rio	32	Uma conferência global sobre a crise ambiental apresenta uma crise de identidade para as organizações governamentais	Barbara Annis
Forum	35	Crescimento sustentável: uma incongruência	Herman E. Daly
A marcha do desenvolvimento	36		
Notícias da sede	39	Um roteiro comunitário para soluções ambientais	
Livros	41	Estudo dos habitantes das florestas em rápida extinção	
Recursos	43	Seleção de materiais sobre o meio ambiente	

Um clamor para agrupar os esforços de proteção dos recursos do mundo apela insistentemente às pessoas a "pensar globalmente e agir localmente". Este número da revista da Fundação Interamericana examina como o desenvolvimento e os projetos ambientais, para serem sustentáveis, devem tornar-se intercambiáveis, concentrando-se no potencial da silvicultura comunitária a fim de beneficiar as pessoas de baixa renda e, ao mesmo tempo, conservar as florestas em perigo. Bruce J. Cabarle inicia com uma visão global da silvicultura comunitária e sugere como a engenhosidade dos grupos de base pode tornar-se o fundamento para um público bem informado e para uma política dos doadores. No artigo seguinte, David Barton examina como as comunidades mexicanas estão tentando reaver de estranhos as terras florestais, mas agora enfrentam o desafio de organizar empresas ecologicamente sólidas para salvar a floresta para seus filhos. Denise Stanley questiona, a seguir, se as políticas para corrigir as falhas da silvicultura social, dirigida pelo governo, podem sufocar inadvertidamente os esforços de preservação da silvicultura comunitária dos extratores de resina hondurenhos. Barbara Annis vai além do conceito de "reservas da floresta extrativa", administrada por grupos de base, para examinar como a conferência Rio 92, a realizar-se proximamente no Rio de Janeiro, está desafiando os governos, doadores multilaterais e as ONG a reformular os vínculos entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Herman E. Daly conclui, na seção Forum, com o argumento de que a sustentabilidade requer uma mudança da economia do "mais é melhor" para uma compreensão de como "o diferente pode ser melhor".

SILVICULTURA COMUNITARIA
e a ecologia social do desenvolvimento

Bruce J. Cabarle

AS FLORESTAS tropicais são freqüentemente a fonte mais importante ao alcance das comunidades rurais, proporcionando-lhes alimentos, abrigo e apoio espiritual. Entretanto, milhões de pessoas que dependem da floresta com freqüência carecem do acesso legal a esses recursos e não participam da formulação das políticas nacionais que ditarão o seu futuro e o destino da própria floresta. Isto tem conseqüências imprevistas, uma vez que a utilização racional das terras florestais é vital para o desenvolvimento econômico a longo prazo de muitos países tropicais.

No entanto, as florestas tropicais estão desaparecendo às dezenas de milhares de quilômetros quadrados por ano. Na última década, a taxa de desmatamento aumentou 80%. Esta década provavelmente presenciará a perda acelerada, causada pela agricultura de corte e queima de números cada vez maiores de populações pobres deslocadas e sem terra e pelas atividades de mineração, construção de estradas e derrubada furiosa de árvores. À medida que a floresta se amingua, os países tropicais perdem — irreversivelmente na maioria dos casos — alguns de seus dotes naturais mais valiosos, minando o potencial de desenvolvimento social e econômico. Além da perda direta de bens e serviços, a destruição do habitat está levando à extinção inúmeras espécies de plantas e animais e ameaça o clima do mundo com mudanças potencialmente catastróficas.

Felizmente, o assalto às florestas tropicais e suas implicações para o meio ambiente global estão agora incentivando os governos a adotar novas abordagens ao aproveitamento do que resta e a reintegrar as árvores na paisagem agrícola desgastada.

Lidera esse movimento o esforço, tanto por parte dos governos como das entidades de desenvolvimento, de melhorar a qualidade de vida das populações rurais por meio do uso racional das florestas. Uma das alternativas mais empolgantes que surgiram é o reflorescimento e a expansão da silvicultura comunitária.

As raízes da silvicultura comunitária são milenares, remontando ao aparecimento da sociedade agrícola. A agricultura de cultura itinerante — o costume da derrubada e queima de pequenos clarões da floresta para a plantação — talvez seja a forma mais antiga ainda praticada na América Latina (Clay, 1990). Mas, a silvicultura comunitária diversificou-se, abrangendo atividades tão variadas como o uso de árvores para melhorar a produtividade agrícola e a conservação de reservas antigas mediante a legalização de reivindicações costumeiras de povos indígenas que nelas vivem.

A forma específica assumida pela silvicultura florestal é fundamental para o modo como determinados grupos de habitantes da zona rural aprenderam a coexistir com o meio ambiente. Embora a sua maneira de encarar a floresta e o uso da mesma freqüentemente se centralize na necessidade econômica, pode também refletir valores culturais, espirituais, morais e éticos. A silvicultura comunitária pode servir de instrumento político para conseguir acesso aos recursos naturais críticos para atender a tais necessidades, bem como o controle sobre os mesmos. Embora a silvicultura comunitária implique gestão coletiva do bem comum, funciona melhor quando os indivíduos saem ganhando, especialmente os mais necessitados dentre a população pobre.

Conforme indica Chayan Vadhanabhuti, da Universidade Chiang Mai, a silvicultura comunitária é mais do que um punhado de aldeões plantando árvores. Ocupa-se primordialmente dos aspectos humanos e sócio-culturais da "auto-ajuda" ou "autodependência" no desenvolvimento (Cabarle, 1991). Para funcionar, requer a participação informada dos grupos locais usuários a fim de diagnosticar problemas, propor soluções e formar alianças com interesses externos para aproveitar, de forma sustentável, os recursos florestais. Nesse processo, garantir o controle local eficaz adquire primazia sobre a proeza técnica. Tudo o mais não é silvicultura comunitária e poderia ser melhor descrito com um dos termos abaixo indicados. Antes de continuar, seria útil distinguir as várias abordagens diferentes à participação da população local nas atividades de silvicultura das que são iniciadas e controladas no local.

SITUANDO A SILVICULTURA COMUNITÁRIA ENTRE AS ÁRVORES

A silvicultura comunitária ganhou aceitação nos meados da década de 70 como um dos componentes do desenvolvimento rural integrado (Arnold, 1991). Com freqüência é intercambiada — e muitas vezes incorretamente — com "silvicultura social" ou "silvicultura agrícola". Recebe também a denominação de "agro-silvicultura" em programas de alocação de terras patrocinados pelo Estado, como o conhecido sistema *taungya* — no qual se permite aos agricultores cultivar as terras do governo por determinado período em troca da plantação e cuidado das árvores. Mais recentemente na América Latina, a expressão "reservas extrativas" surgiu como nova forma de silvicultura comunitária. Estas abordagens têm em comum o esforço deliberado de promover a participação dos moradores locais e proporcionar-lhes benefícios diretos por meio da plantação de árvores, aproveitamento da floresta ou atividades de conservação florestal.

Nos Estados Unidos, a silvicultura social foi introduzida durante a Grande Depressão da década de 30 pelo Corpo de Conservação Civil. No fim da década de 70, tornara-se uma das principais áreas de empréstimos do Banco Mundial (Gregersen, *et al.*, 1989). Esta política assinalou uma mudança da promoção da produção industrial em larga escala de madeira, por parte de entidades privadas ou públicas, no sentido de aumentar a lenha combustível para as pessoas de baixa renda da zona rural. Os esquemas empregados incluíam a plantação de árvores ao longo de cercas, rodovias, ferrovias, canais e bosques nas aldeias, bem como a reabilitação de terras públicas desgastadas. As atividades iniciais vinculavam produção agrícola, fertilidade do solo e árvores num esforço para ajudar os pobres e os sem-terra.

Silvicultura agrícola descreve dois sistemas distintos (um exame em profundidade pode ser encontrado em Foley e Bernard, 1984). O primeiro, silvicultura domiciliar, orienta-se para as necessidades de subsistência e inclui o uso de árvores como cercas vivas, como fonte de alimentos em hortas caseiras e como método de fixação do nitrogênio no solo mediante a interplantação entre cultivos. O segundo promove as árvores como cultivo comercial dos agricultores em terra privada para lucro individual. Popular entre governos e doadores, este tornou-se modelo para a maioria dos programas nacionais de reflorestamento e beneficia-se de subsídios estatais, inclusive incentivos fiscais. Não é de surpreender que tais programas favoreçam os agricultores mais ricos e atinjam o maior grau de êxito nos casos em que se concedeu o título da terra ou em que há títulos bem definidos na propriedade comum e nos quais as atividades ocorrem perto de mercados estabelecidos (algo raro na maioria das áreas intactas das florestas tropicais).

Portanto, a maior parte das atividades das silviculturas social e agrícola ocorre fora das zonas florestais, na zona agrícola e oferece menos controle local. Os sistemas de aproveitamento de base comunitária que ocorrem nas florestas ou ao redor das mesmas, especialmente as que abrigam antigos moradores, freqüentemente permitem maiores oportunidades de controle local em virtude do seu afastamento das burocracias centralizadas do Estado. Essas espécies, em grande parte produzidas no local, demonstram ser mais sólidas do que os modelos de silvicultura convencional importados do exterior ou formulados nas capitais.

Os parques nacionais destinados a preservar as amostras representativas dos frágeis ecossistemas com freqüência não dispõem de pessoal suficiente ou existem apenas no papel e restringem o acesso às pessoas que dependem da floresta. Concessões exclusivas de madeira de corte em grandes extensões a produtores industriais privados, muitos deles com sede no exterior, reduziram a capacidade pública de regulamentação, levando a derrubadas e outras práticas acanhadas que desgastaram as florestas e deixaram atrás de si poucos benefícios. Acentua-se isso por grandes lucros inesperados, produzidos pela subvalorização crônica e por sistemas ineficientes de coleta de órgãos públicos de supervisão.

Os programas de reflorestamento e florestamento estão fracassando em virtude da demasiada dependência em espécies não-nativas inadaptáveis às condições locais, concentração de benefícios entre uma pequena elite e não consideração dos padrões rotineiros do uso da terra. Premidos por orçamentos reduzidos e austeridade forçada, os governos estão cada vez mais receptivos às experiências dos moradores locais em silvicultura comunitária.

Levantamentos recentes identificaram diversas iniciativas muito promissoras em gestão florestal com base na comunidade e por ela controladas (Johnson, *et al.*, 1991; Perl, *et al.*, 1991). As vantagens do controle comunitário incluem melhor policiamento e poupança dos recursos florestais locais, bem como distribuição mais eqüitativa de benefícios. Comunidades muito unidas e profundamente enraizadas na terra própria freqüentemente se comprometem com os princípios de sustentabilidade e demonstram elasticidade admirável

face aos mercados flutuantes e à mudança sociopolítica. Os programas que têm por objetivo incentivar a silvicultura comunitária geralmente custam menos do que a administração governamental de terras públicas e com freqüência são administradores ambientais mais eficientes.

No entanto, a silvicultura comunitária não é uma panacéia. Nem todas as comunidades estão equipadas política, financeira e tecnicamente para administrar extensões de terra em expansão. Os locais são freqüentemente remotos, tornando difícil atingir os mercados e conseguir serviços. Títulos de terra muitas vezes não são reconhecidos pelos governos nem levados em consideração por estranhos. Os órgãos florestais estatais e os doadores não estão em condições de proporcionar o investimento a longo prazo (mas freqüentemente menor) necessário para desenvolver a capacidade local nem dispostos a fazê-lo. Os investidores com freqüência preferem operações silvícolas altamente técnicas e de capital intensivo que produzem lucro imediato mas tendem a permanecer além do alcance ou interesse dos grupos comunitários. Talvez mais importante ainda, as políticas econômicas e de desenvolvimento nacionais — especialmente em agricultura, energia, comércio e finanças — são muitas vezes ditadas por forças globais do mercado que incentivam o lucro a curto prazo, promovendo práticas do uso da terra que põem em perigo as florestas (WRI, 1991).

Para a silvicultura comunitária causar impacto real como método de melhoramento das perspectivas das populações pobres da zona rural, protegendo ao mesmo tempo o meio ambiente, três questões inter-relacionadas deverão ser tratadas: posse da terra e de recursos, desenvolvimento de coesão organizacional e aptidões de gestão e a mescla de conhecimento local com assistência técnica para promover uma produção sustentável. Esses fatores não são exclusivos dos empreendimentos da silvicultura comunitária, mas são vitais para o seu êxito (Rodríguez, *et al.*, 1990).

POSSE DA TERRA E DE RECURSOS

Os artigos seguintes de Bray e Stanley neste número de Desenvolvimento de Base demonstram claramente que assegurar a posse — tanto da floresta como das árvores — sustenta o êxito de todos os projetos de silvicultura comunitária. Assegurar a posse é às vezes um subproduto de movimentos populares dramáticos, nos quais os interesses locais convergem para exigir acesso garantido a recursos naturais críticos e organizar planos de gestão da propriedade comum com vistas a controlar o uso da mesma. Na Bolívia, 800 índios de cinco tribos marcharam 35 dias da cidade de Trinidad à La Paz, a capital, numa demonstração pacífica em prol da terra e da autodeterminação e conquistaram os direitos jurídicos a reivindicações ancestrais da Floresta Chimanae. No Sul do México, várias comunidades de Sierra Juárez fizeram greve de produção e asseguraram seus direitos sobre uma grande extensão anteriormente administrada como concessão madereira industrial, garantindo acesso numa vitória que marcou precedentes e que levou a reformas da lei florestal nacional.

Há ainda outros métodos menos dramáticos de garantir a posse. Ao longo do litoral noroeste do Equador, uma comunidade agrícola de descendentes de africanos organizou-se como comuna e introduziu na burocracia governamental uma reivindicação de 60 000 hectares de terra ancestral. A reserva da comunidade foi declarada patrimônio florestal nacional, afastando-a efetivamente da colonização por estranhos. Na Guatemala, camponeses sem terra uniram-se a um programa agroflorestal, dirigido por uma organização não-governamental (ONG) que colaborava com o governo e automaticamente tiveram acesso à terra.

Infelizmente, estas últimas experiências continuam a constituir exceção e não a regra. As leis e políticas nacionais freqüentemente negam direitos aos habitantes locais, ao passo que promovem a liqüidação em bruto dos recursos florestais. A maioria das leis sobre uso da terra "empurra" as pessoas para a floresta por meio de programas de colonização ou "tira-as" de lá com o atrativo de enriquecimento rápido em empreendimentos agroindustriais, fazendas de criação de gado ou produção agrícola não-tradicional. Esquemas especulativos são subsidiados por meio de crédito fácil e abaixo do mercado, serviços gratuitos, isenção de impostos e outros incentivos. As ações de "empurrar" e "tirar" são ainda mais facilitadas pelo conceito jurídico de terras baldias, segundo o qual a terra é aberta e desabitada até ser reivindicada e dominada pelo que chegar primeiro. Além disso, o título legal freqüentemente não inclui recursos acima e abaixo do solo. Por exemplo, nos Andes a posse da terra não traz consigo direitos a minérios ou madeira, retidos pelo Estado para o "desenvolvimento nacional".

As políticas públicas e procedimentos burocráticos para as comunidades conseguirem reconhecimento legal, freqüentemente requisito para a posse ou gestão da terra pública, são muitas vezes vagos e sujeitos à interpretação cruzada de diversos ministérios. Para conseguir a posse de uma floresta no Equador, a comunidade deve primeiro constituir-se legalmente de acordo

com a lei de reforma agrária, lei de cooperativas e organizações agrícolas ou lei das comunas; registrar suas terras como patrimônio nacional (o caso citado anteriormente levou dois anos); e formular um plano de mercado, que exige a aprovação de três órgãos governamentais distintos.

As opções de gestão, nos termos da lei florestal, limitam-se a atividade não-humana, derrubada de árvores ou conversão agrícola. Alternativas como agrosilvicultura, preferida pelas comunidades locais, são sancionadas apenas como decretos ministeriais. Esses débeis instrumentos administrativos são freqüentemente invalidados por ministérios mais poderosos ou anulados por leis nacionais concorrentes, especialmente as que regem a mineração e a exploração de petróleo. Como 80% dos bosques da América Latina são propriedade estatal ou "florestas públicas", o emaranhamento burocrático é um obstáculo de grandes proporções à expansão da silvicultura comunitária . Quando as comunidades negociam essas barreiras externas, deparam-se também com freqüência com uma série de obstáculos internos ao sucesso.

CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E APTIDÕES GERENCIAIS

Os projetos de silvicultura comunitária enfrentam cinco desafios organizacionais ao sucesso. O primeiro deles — a liderança — surge logo no início. Líderes fortes e catalíticos são centrais para a obtenção e demarcação das terras comunitárias — seja florestas já existentes ou áreas recém-plantadas. A sua capacidade de articular uma visão e motivar as pessoas a agir é crucial sempre que as comunidades devam organizar-se para superar as ameaças externas a recursos locais vitais ou quando as pessoas do local decidem organizar-se e gerenciar em coletividade os recursos que são de propriedade comum.

Os líderes podem ser carismáticos, eleitos democraticamente ou autonomeados, estabelecendo sua autoridade por meio de apelo popular, consenso ou até mesmo intimidação. Embora fundamentais para a formação da organização, um líder dominador pode ser um administrador horrível, tornando-se um peso depois que o grupo passa da fase de confrontação para o trabalho do dia a dia de consolidação das suas realizações. Uma vez que a organização obtém a posse da terra e entra no labirinto das propostas de doadores, do planejamento e da administração de projetos e concorrência de mercado, as qualidades administrativas passam a ocupar lugar proeminente.

A segunda fase requer que as organizações de base, nascidas da necessidade imperativa de defender as reivindicações territoriais e a autodignidade dos membros, se afastem da gestão da "crise" e de suas ações *ad hoc* a curto prazo. Essa transição não é fácil, pois a ameaça constante de emergência que os grupos enfrentam nesta fase inicial permite pouca margem para o planejamento a longo prazo necessário a fim de estabelecer as diretrizes administrativas, de monitoração e de avaliação que os governos requerem como pré-condição para a concessão de doações ou empréstimos. As organizações intermediárias, também conhecidas como organizações de apoio aos grupos de base (OAB), desempenham papel vital quando se trata de ajudar grupos rurais a desenvolver essa capacidade.

Uma vez estabelecida a capacidade administrativa básica, a distribuição de benefícios do projeto deve ser considerada como justa e imparcial para que haja unidade organizacional. Os projetos que não conseguirem essa "transparência" poderão perder a coerência e eventualmente dividir a comunidade. Enfrentar o desafio desta terceira fase não significa que cada membro da comunidade receba quinhão igual, mas que os membros consideram os benefícios comensurados à contribuição individual. Por exemplo, o caso de Comaltepec, citado no artigo de Bray mais adiante neste número, demonstra como o fato de não gerar benefícios mútuos agravou o conflito entre a bio-reserva local e os proponentes de uma serraria e protelou ambas as iniciativas. Por outro lado, as comunidades florestais da *Unión de Comunidades y Ejidos Forestales de Oaxaca (UCEFO)* puderam ampliar e aprofundar o apoio popular proporcionando emprego suficiente para os membros e reinvestindo parte dos lucros de sua empresa florestal em benefícios colaterais para todos sob a forma de estradas, escolas e fundos de pensões para viúvas. Esse consenso interno é a chave para negociar termos de referência favoráveis com estranhos no intuito de promover a agenda local.

O quarto desafio — negociar apoio externo efetivo, mantendo ao mesmo tempo o consenso interno — é algo contínuo, uma vez que a silvicultura comunitária geralmente tem de funcionar num ambiente de política indiferente se não hostil. Uma vez conseguido acordo a respeito da posse, as comunidades locais e os órgãos públicos freqüentemente vêem a mesma floresta de forma bastante diferente. Decidir que combinação de usos da terra (florestas intactas, produção anual do cultivo ou planos agroflorestais) atende aos requisitos jurídicos, depois de emitido o título da terra, com freqüência assinala o início do processo de negociação entre as

comunidades locais e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão de recursos. Por exemplo, as leis em toda a América Latina requerem que uma percentagem fixa da terra tenha "uso produtivo" em determinado prazo — em grande parte, por meio de derrubada de árvores para fins comerciais ou produção agroindustrial. No caso de inadimplência da lei, perde-se o usufruto e a terra volta ao domínio público.

Mas, as leis nacionais podem ser interpretadas de forma a reconhecer práticas habituais do uso da terra, se os grupos locais forem negociadores hábeis. Por exemplo, as comunidades rurais do Nordeste da Tailândia, participantes do programa de reabilitação nacional de terras incultas e apoiadas por uma grande ONG, a Associação de População e Desenvolvimento, convenceram o governo a aceitar o plantio de amoreiras em vez de eucaliptos para restaurar as terras desgastadas. As folhas das amoreiras são recolhidas por grupos de mulheres que com elas alimentam as lagartas produtoras de seda, importante fonte de renda da região.

Finalmente, os projetos de silvicultura comunitária requerem uma sólida gestão financeira para alcançar a sustentabilidade. Muitos fracassam porque não se acumula nem se reinveste produtivamente a poupança. Em vários casos, as estradas, escolas, clínicas médicas e outros serviços sociais de projetos de silvicultura comunitária são excessivamente subsidiados, esgotando fundos destinados à manutenção regular, melhoramentos necessários e acumulação de capital para aumentar a renda. Essa situação é comum onde o equipamento de processamento de valor agregado é lançado em comunidades com planejamento avançado limitado e gera repentinamente recursos monetários inesperados. O projeto "Desenvolvimento Florestal de Participação nos Andes", da Organização para a Alimentação e a Agricultura da ONU/Holanda, citou esse problema como o fator crítico que solapou a serraria comunitária de Cuzco, no Peru. Ao contrário, a capacidade de administrar poupanças e reinvesti-la em atividades diversificadas lança as bases para o êxito. A cooperativa agrícola *Unión de Organizaciones Campesinas de Salinas*, no Equador, criou um fundo de desenvolvimento na comunidade que proporcionou capital semente para empresas de fabricação de móveis, plantação de árvores e cultivo de cogumelo.

ADAPTAÇÃO DA TECNOLOGIA PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Para as empresas florestais de base comunitária florescerem, devem empregar técnicas sensíveis às limitações ecológicas locais. Projetos comunitários negligentes podem esgotar a base de recursos tão rapidamente quanto as concessões para corte de madeira. Vários projetos inovadores estão demonstrando como se pode evitar isso.

Dois projetos que estão procurando formular técnicas de colheita ambientalmente seguras são a *Cooperativa Forestal Yanesha*, no região Leste do Peru, e os *ejidos* de silvicultura de Quintana Roo, no México. O projeto Yanesha emprega uma técnica de faixa protetora de madeira que promove a regeneração natural imitando os distúrbios naturais da floresta. O projeto de Quintana Roo baseia-se em técnicas de colheita seletiva para promover a regeneração natural, complementada por plantações "beneficiadas" de espécies preferidas de árvores que tinham sido excessivamente exploradas antes que os *ejidos* assumissem o controle das operações florestais. Numa tentativa de recuperar a composição e a estrutura da floresta, os *ejidos* exigiram que os compradores de madeira preferida também comprassem espécies menos usadas. Na época de chuvas, os membros do *ejido* impõem moratória no corte das árvores e passam para a coleta de resina dos sapotizeiros, integrando assim produtos arbóreos não-madeireiros no plano de aproveitamento da floresta.

Vital para esses êxitos tem sido a capacidade de unir conhecimento local à perícia técnica. No caso do projeto Yanesha, os índios Amuesha trabalharam com êxito com técnicos do Ministério da Agricultura e do *Centro Científico Trópico*, uma ONG da Costa Rica, na formulação dessa técnica de colheita. Decidiram também empregar animais de tração para extrair madeira abatida e minimizar o dano à floresta circundante.

Ainda no leste do Peru, o projeto de reivindicação da terra — *Proyecto Huerto Integral Familiar Comunal* (HIFCO) — da federação indígena *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* (AIDESEP) une cultivos tradicionais a técnicas agrícolas importadas num sistema de produção de leito elevado e com infiltrações, segundo o modelo de agricultura migratória. No total, mais de 42 cultivos anuais e perenes são interplantados com árvores de retenção de nitrogênio com o objetivo de enriquecer o solo e com flores aromáticas para repelir insetos. São cercados por uma plantação de árvores de espécie mista que proporciona o adubo de folhas para a matéria orgânica extremamente necessária (Cabarle, 1990). Ao unir essas técnicas, a AIDESEP pôde reconquistar pastagens há muito abandonadas, transformando-as em propriedades agrícolas produtivas, com safras até mesmo durante a época de seca.

O QUE SE DEVE FAZER?

Abordagens públicas e privadas convencionais à utilização racional das florestas tropicais não conseguiram atender às necessidades emergentes das comunidades local e global. A silvicultura comunitária oferece uma forma de ajudar a sustentar a floresta tropical mediante a mobilização de energias de seus habitantes. Entretanto, dados os obstáculos discutidos neste artigo, não deve ser promovida como panacéia para salvar todas as florestas tropicais. Tem limitações inerentes no ponto em que a produção de madeira industrial em larga escala ou preservação de ecossistemas frágeis constituem a preocupação principal.

A silvicultura comunitária terá mais êxito onde as instituições locais tiverem uma tradição de coordenação e onde houver normas estabelecidas de gestão de recursos de propriedade comum. Nesses casos, deve-se envidar todo esforço para reforçar a infra-estrutura existente de gestão de recursos naturais. A silvicultura comunitária beneficiar-se-á do reforço institucional e da concatenação que permitem à população local — seja antigos moradores ou migrantes recentes — definir e orientar as atividades de geração de renda para o atendimento de suas necessidades. As ONG internacionais e as entidades doadoras podem prestar apoio crítico a fim de assegurar espaço político adequado para os grupos locais funcionarem, produzir consenso interno e articular suas necessidades. Nesse processo, as responsabilidades de diferentes grupos de usuários com interesses em jogo no resultado das atividades locais de silvicultura devem ser claramente definidas e representadas com justiça. O número crescente de mecanismos de participação para planejamento, implementação, monitoração e avaliação de projetos (por exemplo, as metodologias de Avaliação Rural Rápida e Avaliação Rural de Participação) deve ser divulgado e empregado como justificativa.

A existência de comunidades de longa data e dependentes da floresta oferece a oportunidade singular de conservar um recurso em diminuição. Deve-se envidar esforço especial para transferir o controle dos recursos florestais para essas comunidades, incluindo a recuperação, demarcação e título legal de reivindicações ancestrais. As ONG e os doadores devem apoiar esforços para identificar, documentar e transferir modelos ambientalmente seguros, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis de aproveitamento de recursos florestais, adotados por essas comunidades. Deve-se promover a fusão do conhecimento tradicional com a perícia técnica para formular práticas híbridas de gestão a fim de melhorar os sistemas existentes e criar os sistemas adequados, se não houver.

As concessões tradicionais a grupos de interesse privado para explorar a madeira e outros recursos naturais devem ser evitadas onde houver possibilidade de utilização comunitária, a não ser que tenham o consentimento bem informado da comunidade local e estejam em funcionamento salvaguardas a respeito das quais houve acordo. Isso exigirá mecanismos jurídicos novos ou reestruturados, a fim de assegurar que as comunidades permaneçam em controle. Na maioria dos países, as comunidades têm de passar por um processo demasiadamente incômodo e demorado para obtenção das assinaturas necessárias, situação legal e título da terra, bem como para a formulação de planos de gestão. Como mínimo, nos casos em que se comprovou gestão a longo prazo, deve-se autorizar rapidamente títulos provisórios, a fim de garantir direitos de acesso durante o processo de pedido formal.

No intuito de reforçar esses direitos, os governos devem começar a reconhecer que as florestas são mais do que a soma de sua madeira. Os diversos bens e serviços oferecidos pelas ecologias dos bosques — especialmente as fibras, alimentos, tinturas e remédios importantes para as comunidades locais — devem ser protegidos legalmente como ativos potencialmente importantes para a economia regional e nacional. Os esquemas adequados, propostos pelas comunidades locais para gestão desses bens e serviços diversos, devem ser oficialmente aprovados como uso legítimo da terra.

O planejamento nas áreas destinadas à silvicultura comunitária e ao redor das mesmas é essencial para tais iniciativas terem êxito. Como primeiro passo, deve-se eliminar créditos, subsídios, situações comerciais e outros incentivos que impulsionam o desmatamento. Uma passagem de modelos de "mineração" de recursos para modelos que tratam os recursos florestais como renováveis requer a eliminação da premissa, profundamente arraigada nas leis do uso da terra e nas políticas de desenvolvimento nacionais, de que as florestas são improdutivas a não ser que sejam transformadas em terra arável.

Um estímulo cada vez mais compreendido para tal mudança seria incluir os recursos florestais no orçamento nacional. O esgotamento da floresta seria então registrado como desvalorização do capital, reduzindo assim o PIB e seguir-se-iam ações corretivas como questão de prioridade nacional. Medidas adicionais reformariam os sistemas de *royalty* de gestão da produção de madeira mediante a eliminação de imensos lucros inesperados provenientes do corte de árvores e de outras

práticas destrutivas que agem como ímãs para atrair os empresários à floresta e freqüentemente em conflito direto com as comunidades que desejam continuar a viver lá.

Como demonstram os artigos seguintes, a silvicultura comunitária mistura a sociologia com a ecologia. No entanto, o seu êxito é muito menos uma questão de desenvolvimento organizacional local e de silvicultura do que de política pública. A economia política da silvicultura comunitária e o desenvolvimento em geral exigem mudanças fundamentais para as iniciativas locais se tornarem mais do que tentativas corajosas porém inúteis de salvar as florestas tropicais, das quais, em última análise, todos nós dependemos.

BRUCE J. CABARLE, *é membro associado do* Center for International Development *do* World Resources Institute. *É o coordenador para a América Latina do Programa de Uso da Floresta e da Terra desse Centro e tem ajudado instituições de base e ONG da Bolívia, Equador, Guatemala, México, Peru e Tailândia a propor aos governos nacionais planos alternativos de gestão do uso da floresta e da terra.*

O autor deseja prestar reconhecimento aos membros das organizações mencionadas neste artigo, bem como a Rodrigo Calero, Shelton Davis, Mark Dillenbech, Thomas Fox, David Gow, Charles Kenny Jordan e Aaron Zazueta por suas opiniões e colaboração.

NOTAS DE REFERÊNCIA

Arnold, J. E. M. 1987. *Community Forestry: Ten Years in Review.* Nota 7 de *Community Forestry.* Roma: FAO.

Cabarle, B. 1991. *Community Forestry, NGOs, and Policy: What Makes for Success?* Relatório de viagem a um seminário regional em Bangkok, Tailândia. Washington, D. C.: World Resources Institute.

—1990. Ecofarming in the Peruvian Amazon: An Indigenous Response. Relatório periódico interno. Washington, D. C., WRI.

Clay, J. 1990. *Indigenous Peoples and Tropical Forests: Models of Land Use and Management from Latin America. Cultural Survival Report 27.* Cambridge, Massachusetts.

Foley, G. e G. Bernard. 1984. *Farm and Community Forestry. Earthscan Technical Report No. 3.* Londres: International Institute for Environment and Development.

Gregersen, H., S. Draper e D. Elz. 1989. *People and Trees: The Role of Social Forestry in Sustainable Development. EDI Seminar Series No. 030/073.* Washington, D. C.: Banco Mundial.

Johnson, N., B. Cabarle e D. Mead. 1991. *Natural Forest Management and the Future of Tropical Forests.* Manuscrito inédito. Washington, D. C.: World Resources Institute.

Perl, M., M. Kiernan, D. McCaffrey, R. Buschbacher e G. Batmanian. 1991. *Views from the Forest: Natural Forest Management Initiatives in Latin America.* Programa de Florestas Tropicais. Washington, D. C.: World Wildlife Fund.

Rodríguez, S., A. Vargas, S. Dedina e D. Standfield. 1990. *Communal Management of Forest Resources in Latin America.* Relatório preliminar para o Departamento de Silvicultura da FAO. University of Wisconsin-Madison: Land Tenure Center.

WRI. 1991. *Colloquium on Sustainability in National Tropical Forest Management.* Washington, D. C., 21 a 22 de março de 1991.

A EXPERIÊNCIA DA FUNDAÇÃO
O lugar da "comunidade" na silvicultura

AS FLORESTAS encontram-se no epicentro do atual debatel sobre ecologia global. A ameaça ambiental mais visível e chocante confronta as florestas tropicais, que estão desaparecendo mais rapidamente do que qualquer outro recurso natural. Está em jogo algo de enorme importância: essas florestas são (ou foram) o habitat de aproximadamente metade das espécies de plantas e animais do mundo e são mais densamente habitadas pelo homem do que os bosques temperados da zona norte. Para as pessoas carentes que nelas vivem, as florestas tropicais fornecem recursos críticos de sobrevivência; para nós, proporcionam um escudo contra o aquecimento global e uma abundância inaproveitada de recursos médicos e de outra natureza. Quase 60% das florestas tropicais restantes estão na América Latina, o que leva muitos a acreditar que seus habitantes têm nas mãos a saúde futura e a sobrevivência do planeta.

As atitudes e ações das populações pobres com relação ao meio ambiente são pouco compreendidas e raramente integradas nos programas de desenvolvimento, embora se reconheça cada vez mais que a participação plena dos moradores locais é fundamental para o êxito dos projetos. Em Honduras, por exemplo, os esforços para proteger a bacia hidrográfica que cerca a cidade de Tegucigalpa, a capital, fracassaram totalmente, até uma doação da Fundação Interamericana ajudar uma associação local de ecologia a planejar programas de desenvolvimento em conjunto com as múltiplas comunidades de pequenos agricultores que vivem na zona afetada (ver *World Life Fund, Views from the Forest*, março de 1991).

A Fundação Interamericana vê o panorama ambiental com os olhos dos grupos de base e das organizações cívicas que trabalham com as pessoas carentes de todo o hemisfério. Nesse processo, aprendeu que promover o desenvolvimento e conservar o meio ambiente não são desafios distintos, mas um processo sócio-econômico inexoravelmente ligado. A fim de compreender melhor como as pessoas de baixa renda da zona rural enfrentam esse duplo desafio, há dois anos um grupo de funcionários da Fundação organizou uma comissão denominada Grupo de Agricultura Sustentável (GAS). Embora o GAS se baseie na experiência dos beneficiários da Fundação, também procura intercambiar informação com outras entidades públicas e privadas de desenvolvimento que tratam desse assunto.

Como os beneficiários da Fundação, habitantes da zona rural, são pessoas de baixa renda, os seus projetos geralmente se concentram em necessidades econômicas imediatas. Para eles, o desenvolvimento significa *agricultura* (cultivos de subsistência e comerciais que diversificam a dieta familiar e aumentam a renda) que é *sustentável* (técnicas de produção que maximizam o uso de materiais de baixo custo e locais, enriquecem o solo e protegem a base de recursos). Embora a proteção dos recursos naturais seja geralmente objetivo secundário, a preocupação ecológica a longo prazo cada vez mais faz melhor sentido a curto prazo.

Por exemplo, há uma década, no auge da Revolução Verde, a maioria dos programas agrícolas recomendavam tipos de sementes desenvolvidas em laboratório, mecanização e uso intensivo de fertilizantes e pesticidas químicos para aumentar a produtividade. Embora as safras iniciais tenham aumentado, os custos de insumos subiram mais do que a renda e a fertilidade natural do solo diminui a ritmo constante. Os projetos atuais, dirigidos pelos camponeses, também dão ênfase à maior produtividade, no entanto procuram, com mais freqüência, consegui-la por meio de lavoura natural, intercultivo e espécies locais robustas que resistem às pragas. Os agricultores maias, ajudados pela Fundação Interamericana nos altiplanos da Guatemala e outros noutras partes, comprovaram que técnicas orgânicas simples, adaptadas às ecologias locais, podem produzir safras que competem com as que utilizam produtos agroquímicos caros, mas são mais lucrativas hoje e deixam a terra mais produtiva para amanhã.

Os erros de ontem que produziram o círculo vicioso de solos esgotados, abastecimento de água reduzido e problemas intensificados de controle

de pragas também aumentaram a conscientização dos camponeses para o modo como o desmatamento agrava todos os três e ameaça a capacidade de auto-regeneração da natureza.

Embora os fatores macroeconômicos se encontrem, em grande parte, fora de seu controle, um número crescente de comunidades de baixa renda está tomando medidas para pôr termo ao prejuízo ecológico. Suas ações unem silvicultura esclarecida com agricultura sustentável. Por exemplo, uma federação hondurenha de 6 000 famílias de camponeses do altiplano, que ganham a vida extraindo seiva de pinheiro dos bosques locais, procurou melhorar a tecnologia de coleta da seiva para aumentar sua renda. Gradualmente percebeu que a estabilidade a longo prazo requeria uma base econômica mais ampla, o que significava reforçar a produção agrícola ganhando acesso à terra melhor e aprendendo novas habilidades. Assistida pela Fundação Interamericana, a federação ajuda a relocar e treinar pessoas, bem como a desenvolver sistemas de suprimentos agrícolas e *marketing*.

Na sua história de 20 anos, a Fundação fez doações num total de quase US$20 milhões a 150 projetos relacionados com a ecologia, realizados por mais de 110 ONG e organizações de camponeses. Mais da metade procurou métodos ambientalmente seguros para aumentar o suprimento alimentar e a renda familiares; um terço inclui programas de educação ambiental; e 10% estabelecem atividades de conservação de recursos. Como a maioria dos projetos tem menos de 10 anos e muitos estão em andamento, é cedo demais para prever o resultado geral.

Entretanto, pode-se falar com confiança de uma nova sensibilidade emergente, à medida que as pessoas de baixa renda e as ONG de apoio trabalham em conjunto para enfrentar os problemas ambientais. Seus projetos de base tendem a ser inovadoramente diversos e orientados para as necessidades e oportunidades individuais. As estratégias variam — da criação de um parque de ecoturismo à geração de renda comunitária, estabelecimento de empresas comunitárias para administrar o uso dos recursos naturais, introdução da ecologia nos currículos das escolas municipais. A reflorestação, agronomia orgânica e sistemas agrícolas integrados caracterizam um número crescente de programas, unindo conhecimento científico novo com práticas tradicionais comprovadas pelo tempo e aprimoram ambos. Todos esses projetos enfrentam as limitações gerais do subdesenvolvimento: acesso limitado à terra, infra-estrutura, capital e influência política. Talvez a maior limitação que ameaça os projetos de ecologia dirigidos pela comunidade seja sua exclusão do processo nacional de tomada de decisões políticas e econômicas que cria incentivos para a exploração de recursos nacionais.

Isso é lamentável, pois é evidente que políticas anteriores não conseguiram promover o desenvolvimento e conservar os recursos naturais ao mesmo tempo. É também óbvio que a conservação do meio ambiente não terá êxito se o desenvolvimento fracassar. Em sua estreita associação com grupos de base, a Fundação aprendeu que as pessoas, mesmo as de baixa renda desprivilegiadas, possuem energia, inteligência e criatividade que podem lançar uma nova perspectiva sobre problemas aparentemente intratáveis, se tiverem possibilidade de agir. As comunidades têm mobilizado repetidamente seus recursos para tirar proveito da assistência externa oportuna e para produzir mudança duradoura.

Por exemplo, um grupo de uma comunidade centro-americana, cujas montanhas estavam sendo desnudadas, decidiram recentemente reverter essa tendência não protestando ou replantando árvores, mas fazendo uma revisão do currículo escolar. Em breve, as crianças informaram os pais sobre a crise e professores motivados começaram a liderar campanhas de ação comunitária nos bairros de toda a região. Cidadãos de todas as idades e camadas sociais juntaram-se a projetos de replantação de florestas, limitação da caça de animais em perigo de extinção, substituição de agricultura "extensiva" pela "intensiva" e proteção das bacias hidrográficas. Não só o habitat está sendo revitalizado, mas o espírito comunitário está alçando vôo.

Quando se lhes dá oportunidade, as pessoas de baixa renda da América Latina mostram-se intendentes responsáveis, lenta e deliberadamente cinzelando uma nova forma de vida para si mesmos e para o planeta.

— J. Van Orman
Representante da Fundação

O aproveitamento sustentável da floresta desafia as comunidades a se renovarem a si mesmas

A LUTA PELA FLORESTA: conservação e desenvolvimento na Sierra Juárez

David Barton Bray

NO ESTADO de Oaxaca, ao Sul do México, Ricardo Luna está falando sobre o ecoturismo. À medida que um guindaste levanta toras maciças de pinho a serem transportadas da floresta escarpada, ele discorre sobre corte de árvores, produção de borboletas e bio-reservas.

López Luna não é ecologista, nem silvicutor nem agente de viagem de ecoturismo, mas pequeno cafeicultor tesoureiro da comissão de controle da comunidade de índios Chinantec de Santiago Comaltepec. Sua comunidade muito antiga, agrupada ao redor de uma igreja dominicana do Século XVIII, ocupa pouco mais de 18 000 hectares da bacia do Rio Papaloapan, no alto das florestas de pinho e carvalho da Sierra Juárez. O guindaste e os troncos de pinho, sem mencionar as borboletas, pertencem à empresa florestal da comunidade, *Unidad de Aprovechamiento Forestal Cerro Comal*.

A conversa de López Luna reflete os argumentos e práticas que têm dividido Comaltepec há décadas, intensificando-se em anos recentes. Durante este período, Comaltepec viu suas florestas esgotadas por uma usina de celulose e empenhou-se numa luta renhida para recuperar o controle dos recursos de seus bosques. Agora a comunidade está envolta em debates internos sobre a forma de usar a sua floresta restante. Serraria e bio-reservas, conservação e desenvolvimento — questões inevitavelmente impregnadas da personalidade própria — tornaram-se a moeda da política tanto local como global. Comaltepec pode ter encontrado algumas respostas, em parte porque a comunidade é suficientemente grande para dedicar-se a diversas práticas, mas também graças aos seus 10 anos de experiência na gestão de sua plataforma de carvalhos e pinheiros.

As florestas de Comaltepec, como as do México, são parte de um caledoscópio do drama ambiental, no qual Ricardo López Luna e seus colegas *comuneros* debatem a conservação e o desenvolvimento com lepidopterólogos japoneses visitantes, com representantes de organizações ambientais e de desenvolvimento do México e dos Estados Unidos e com administradores de uma usina de celulose paraestatal. Tal como sucede na região do Pacífico Noroeste dos Estados Unidos, onde as linhas divisórias de combate versam sobre corujas malhadas e salário dos madeireiros, grupos concorrentes em Comaltepec divergem entre refúgios das Pleistocenes versus melhor renda para uma comunidade montanhesa pobre, que enviou mais de 400 de seus membros melhores e mais inteligentes para trabalhar no Sul da Califórnia.

Alguns ambientalistas mexicanos e americanos gostariam de ver vastas reservas naturais intocáveis, preservadas para a época geológica. Outros ambientalistas, bem como promotores da silvicultura dirigida pela comunidade, argumentam que as florestas do México têm sido usadas pelo homem há séculos. Estes proponentes citam pesquisa recente, segundo a qual mesmo a floresta tropical de Lacandon, na região Sul de Chiapas, é uma floresta de "crescimento secundário", já totalmente recuperada de depredações maias séculos atrás e agora novamente em destruição. Os governos, tradicionalmente não interessados em ecologia, preferem usar os recursos naturais das florestas para gerar divisas e suprir as indústrias nacionais, atribuindo pouca ou nenhuma prioridade à autonomia local. Embora a reconciliação de interesses tão divergentes seja uma tarefa quase impossível, a luta em busca de soluções

continua em Comaltepec, na Cidade do México e em Washington, D. C.

Ao examinar a silvicultura comunitária no Sul do México, este artigo primeiro enfoca o amplo panorama de eventos em Sierra Juárez, onde se percebe um padrão histórico de resistência a exploração de recursos locais por parte de estranhos. Encontra-se aqui também um padrão de resistência a tal exploração, resistência que gradualmente percebe que as conquistas superam as perdas e eventualmente levam ao controle comunitário sobre recursos locais. Os eventos de Santiago Comaltepec são assim apresentados como um microcosmo de conservação e desenvolvimento da Sierra Juárez, onde as divergências altamente politizadas parecem finalmente levar ao que a revista *New Scientist* chama de "premissa otimista de que não há necessidade de conflito entre a exploração prudente e a conservação das florestas".

A SIERRA JUÁREZ: POBREZA E ABUNDÂNCIA

Parte da Sierra Madre Oriental, a cadeia de montanhas Sierra Juárez ao Norte de Oaxaca tem quase 300 km de extensão e mais de 75 km de largura, com uma altitude média de 2 500 metros e picos acima de 3 000 metros. Temperaturas frias e alta pluviosidade permitem grande vigor biológico. Um relatório do *World Wildlife Fund* sobre a riqueza ecológica da Sierra catalogou florestas subtropicais, pinheiros, mistura de pinheiro-carvalho, ecossistemas montanhosos tropicais úmidos e secos, "as mais ricas florestas de carvalho do mundo em termos de diversidade de espécie" e populações restantes de plantas raras em florescimento e borboletas.

Uma parte da Sierra, nos limites de Santiago Comaltepec, abriga um "refúgio de Pleistocenes": "santuários" de fauna e flora formados na Era do Gelo, cujos conjuntos de genes altamente diversificados têm implicações vitais para a evolução futura.

A riqueza biológica da Sierra contrasta notavelmente com a pobreza de seus habitantes. Oaxaca é o estado mais pobre do México: sua renda é inferior à metade da média nacional, sendo 40% de sua população carente de acesso a instalações de saúde e educação primária e 80% sem água potável.

Historicamente, a silvicultura e a mineração têm produzido certo emprego; a agricultura tem proporcionado menos, uma vez que o solo e o clima da Sierra produzem um cultivo deficiente. A escassez de emprego em Oaxaca tem levado à migração em grande escala para outras partes do México e para os Estados Unidos e alguns residentes da Sierra estão tão familiarizados com as ruas de Santa Mônica, Califórnia, como com os caminhos de seus próprios milharais.

MINERAÇÃO NA FLORESTA

Até a década de 50, a exploração florestal na Sierra Juárez era leve, uma vez que a mina de ouro na aldeia montanhosa de Navidad foi, durante décadas, o único consumidor de madeira de qualquer destaque. Entretanto, como parte das políticas nacionais de desenvolvimento da década de 50, 261 000 hectares das florestas de Sierra Juárez passaram a uma concessão de 25 anos da *Fábricas de Papel Tuxtepec* (FAPATUX), firma de propriedade estrangeira (mas nacionalizada em 1965) para produzir papel e celulose. Embora produto da procura de desenvolvimento econômico nacional, a FAPATUX trouxe um profundo paternalismo em suas relações com as comunidades que nominalmente eram donas dos recursos florestais. Afirmava proporcionar o "uso racional e integral das florestas, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento social e criando fontes permanentes e geradoras de emprego, [impedindo assim] os possuidores desse recurso, no afã de atender às suas necessidades vitais e em decorrência de . . . pressões demográficas incontroláveis, de destruir a floresta, de usar inadequadamente o solo, de destruir os habitats [e] de criar erosão e infertilidade."

Yolanda Lara Padilla, membro da *Estudios Rurales y Asesoría* (ERA), organização não-governamental (ONG) de silvicultura comunitária com sede em Oaxaca, observa que, na realidade, a região da Sierra Juárez foi muito mais "minerada" do que outras em virtude de sua proximidade da usina de celulose e argumenta que a FAPATUX não empreendeu nenhuma gestão real da floresta ou do reflorestamento durante o período da concessão. Sustenta que a área total da floresta da Sierra foi reduzida um terço durante a concessão à FAPATUX, com desgaste significativo do restante da floresta. É também de opinião que o "afã da comunidade em atender às suas necessidades vitais" é manifestação de um intenso interesse na conservação da floresta.

Durante a década de 70, a FAPATUX também investiu consideravelmente nas plantações de pinheiros na região de Mixe Baja, em Oaxaca, o que pode ter reduzido o seu interesse em assegurar a sustentabilidade na Sierra Juárez. Uma outra parte do problema encontra-se no fato de que a FAPATUX empregou a técnica padronizada de colheita da época, o assim chamado "método mexicano". Este método, também

denominado "alta classe" costuma levar a melhor madeira e danificar o restante, causando o empobrecimento genético. Como as florestas de pinheiros tendem a envelhecer de maneira uniforme, tal sistema produziu espécies de árvores menores de baixa qualidade genética e permitiu que o carvalho anão — só comercializável como carvão de baixo valor — invadisse os espaços abertos numa sucessão natural da floresta, espremendo a regeneração de pinheiros.

NASCIMENTO DA RESISTÊNCIA LOCAL

A concessão à FAPATUX não lhe conferiu acesso absoluto às florestas comunitárias, obrigando a empresa a negociar contratos anuais com as comunidades. Entretanto, nessas negociações, a FAPATUX levava claramente a vantagem, freqüentemente com a colaboração do Secretário de Reforma Agrária, que usava a sua posição legal como concessionário para suprimir as tentativas das comunidades de afirmar seus direitos. Por exemplo, negava-se às comunidades o direito de vender sua madeira a outros compradores e uma comunidade que queria estabelecer uma carpintaria recebeu a resposta que teria de comprar de volta o seu pinho da FAPATUX.

A primeira rebelião significativa contra tais práticas surgiu em 1968, quando a comunidade de San Pablo Macuiltianguis formou com outras 14 comunidades a *Unión de Pueblos Abastecedores de Materia Prima a FAPATUX*. As suas ações levaram a um boicote de cinco anos da FAPATUX que eventualmente forçou o fechamento da fábrica por 40 dias em 1972 (embora, durante a maior parte do boicote, a FAPATUX tivesse conseguido receber matéria-prima de outras comunidades de Oaxaca).

Quando se organizaram pela primeira vez, o objetivo principal da comunidade era receber mais benefícios econômicos; a sustentabilidade do recurso ainda não era uma questão. Suas demandas incluíam aumento de salário para os cortadores de árvores da comunidade, elevação da taxa de corte, bolsas de estudo para os filhos dos trabalhadores, equipamento protetor e mais estradas. Eventualmente, a FAPATUX fez certas concessões negociadas e chegou a constituir uma empresa intercomunitária, a *Unidade Forestal Ixtlan-Calpulalpan-Xiacui-Trinidad* (IXCAJIT), que abrangia quatro comunidades. As concessões negociadas bloquearam esforços adicionais de iniciativas econômicas locais na maior parte da década de 70. Mas em outubro de 1981, ao aproximar-se o término da concessão de 25 anos à FAPATUX, surgiu uma nova onda de iniciativas de base.

Em 9 de março de 1980, 13 das comunidades reuniram-se na vila montanhosa de Guelatao para criar a *Organización en Defensa de los Recursos Naturales y Desarrollo Social de la Sierra de Juárez* (ODRENASIJ). A sua meta principal era impedir a renovação da concessão e, portanto, assegurar às comunidades o direito de administrar sua própria floresta. A organização criou rapidamente um jornal, o *Tequio*, cujo primeiro número apresentou uma visão que abrangia tanto o desenvolvimento como a conservação: "Não permitiremos mais que nossos recursos naturais sejam destruídos, pois são o patrimônio de nossos filhos. Os recursos florestais devem estar nas mãos de nossas comunidades e lutaremos por [melhor educação que permita uma exploração racional]".

A ODRENASIJ lançou um vendaval de iniciativas: publicação do *Tequio*, visita a outras organizações de comunidades florestais no México, organização da primeira conferência nacional de organizações de comunidades florestais em maio de 1981 e *lobby* junto às autoridades públicas estaduais e federais para promover sua causa. Trabalhando com estudantes e jovens profissionais favoráveis, a ODRENASIJ começou a definir suas questões, compreendendo que não bastava simplesmente impedir a renovação da concessão; as comunidades também necessitavam de treinamento técnico em processamento da madeira, aproveitamento da floresta e gestão da pequena empresa.

CONQUISTANDO O CONTROLE COMUNITÁRIO

No fim de 1981, o Governo tentou restituir a concessão não apenas por 25 anos mas para sempre. Enfurecidas, as comunidades mobilizaram-se para derrotar essa tentativa, obtendo assistência jurídica e de outra natureza das pessoas que as apoiavam. Em 1982, as comunidades finalmente venceram a luta, estabelecendo no processo um importante precedente em controle da comunidade sobre os recursos naturais de Oaxaca e no México. Surgiu então a questão da gestão.

Apesar de terem sempre vivido na floresta, os membros da comunidade eram essencialmente pequenos agricultores que pouco sabiam de silvicultura, exceto cortar árvores com uma serra de cadeia e carregá-las num caminhão. Além disso, as comunidades teriam de enfrentar sozinhas estas questões, uma vez que a

ODRENASIJ, tendo cumprido seu objetivo principal de derrotar a concessão, terminou em 1983.

Lentamente, cada comunidade começou a aprender como administrar as florestas, as operações de corte e as pequenas empresas silvícolas. Descobriu também que vender a madeira ao preço predominante do mercado permitia oportunidades de capitalização nunca antes sonhadas. A comunidade de San Pablo Macuiltianguis novamente liderou o caminho em novembro de 1981: assinou um contrato com a FAPATUX, mas desta vez como sócio igual, proprietário e vendedor de um bem a preço de mercado.

Em meados da década de 80, os lucros da madeira permitiram às comunidades comprar caminhões e guindastes e investir em serrarias e marcenarias, criando suas próprias empresas florestais. Os lucros também foram canalizados para benefícios sociais a toda a comunidade: escolas, clínicas médicas, estradas e obras de abastecimento de água para a comunidade. Uma organização de comunidades, a *Unión de Comunidades y Ejidos Forestales de Oaxaca* (UCEFO), até mesmo destinou parte de seus lucros para um modesto plano de pensões para viúvas. E o que mais chamou a atenção, a maior parte desses investimentos foi tirada da renda corrente, sendo rapidamente pagos os poucos empréstimos levantados.

Aos trancos e barrancos, com lutas políticas internas e pressões externas, as comunidades começaram a desenvolver uma "cultura da floresta" e, eventualmente, também começaram a unir-se em federações para atender às necessidades comuns. Santiago Comaltepec, a comunidade de Ricardo López Luna, é um exemplo desse padrão.

SANTIAGO COMALTEPEC: UM MICROCOSMO

Embora situada na região de Zapotec, Santiago Comaltepec é o município de índios Chinantec mais a Oeste da Sierra Juárez. Seus 2 000 habitantes ocupam 18 366 hectares de montanhas e vales que abrangem pinho e carvalho do altiplano, floresta subtropical e ecossistemas tropicais montanhosos. A sede do município situa-se na parte mais baixa do vale do Rio Comal, profundo e estreito, a 114 km de estrada sinuosa de Oaxaca e a menos de 10 km da estrada asfaltada de Oaxaca a Tuxtepec.

As florestas de Comaltepec passaram por todas as fases de luta silvícola na Sierra Juárez. Em 1961, a FAPATUX começou a derrubar árvores lá e continuou, sob contratos anuais, até 1967. No período de 1967 a 1974, Comaltepec integrou-se à *Unión de Pueblos Abastecedores*, iniciada por seus vizinhos de San Pablo Macuiltianguis, e a derrubada parou quase inteiramente. Mas em 1975, após certas concessões, a FAPATUX começou novamente a derrubar as árvores das florestas de Comaltepec. De 1980 a 1982, porém, a comunidade suspendeu a derrubada por parte da FAPATUX, tornou-se membro ativo da ODRENASIJ e finalmente comemorou com as outras comunidades florestais de Oaxaca o fim definitivo dos direitos concessionais da usina de celulose.

A retirada da FAPATUX como administradora coincidiu com um aumento do enfoque global sobre as florestas tropicais e as organizações mexicanas e americanas imediatamente ficaram interessadas nos mamíferos, borboletas raras e antíqüíssimas associações de plantas de Comaltepec. No mesmo período, alguns dos profissionais e estudantes que apoiaram as lutas comunitárias pela gestão local da floresta criaram organizações não-governamentais para formalizar o trabalho.

CONFLITOS EMERGENTES: BIO-RESERVAS VERSUS SERRARIAS

Lutando para administrar suas próprias florestas, Comaltepec viu-se dividida internamente, como o é grande parte do mundo externo, entre conservacionistas, silvicultores comunitários e interesses madeireiros nacionais — e mesmo os que são indiferentes à sorte da floresta. Em meados da década de 80, a luta ampliou-se com uma tentativa de estabelecer uma bio-reserva em Comaltepec. Ao mesmo tempo, a comunidade lutava para estabelecer e fazer funcionar uma serraria. Cada uma dessas atividades — bio-reserva e serraria — tinham o apoio das ONG locais — uma com orientação ambiental e a outra com orientação para o desenvolvimento — sendo cada ONG apoiada, por sua vez, por um doador internacional com os interesses respectivos. A bio-reserva, porém, foi de encontro às forças centripetais da política municipal de Oaxaca.

Os 570 municípios do estado, um terço de todos os munícipios mexicanos, são produtos de topografia e etnicidade fragmentadas de Oaxaca. No interior de muitos municípios há centros populacionais menores, conhecidos como agências, que podem estar relativamente distantes do governo municipal. Muitas dessas agências alimentavam sonhos de independência municipal; e Comaltepec tinha uma, *La Esperanza*, situada perto da região da bio-reserva proposta.

A ONG ambientalista local cometeu certos erros quando se aproximou da agência, induzindo-a a ver na bio-reserva um possível caminho para maior autonomia por meio de novos levantamentos de limites. Quando o governo municipal percebeu que a bio-reserva poderia servir de cavalo de Tróia para promover a secessão municipal, a ONG ambientalista e, indiretamente, o grupo internacional de conservação, foram expulsos da comunidade, passando a bio-reserva a ser a vítima do conflito. Os méritos da bio-reserva em si mesma e por si mesma eram secundários ao fato de que a iniciativa havia perturbado o equilíbrio delicado da geopolítica municipal.

Como no caso da conservação, a silvicultura comunitária, sob a forma da serraria de propriedade de Comaltepec, também foi vítima da política municipal. Quando a concessão da FAPATUX não foi renovada, Comaltepec rapidamente estabeleceu uma unidade madereira, registrando legalmente a *Unidad de Aprovechamiento Forestal Cerro Comal* em novembro de 1983. A unidade recebeu a sua primeira licença anual de corte no mesmo ano e começou a vender madeira à usina de celulose da FAPATUX.

Cortando em níveis moderados durante vários anos, Comaltepec nunca atingiu os 7 000 metros cúbicos (menos da metade de seu corte anual aprovado) e na maioria dos anos cortou bem menos do que isso. Ademais, devido a um incêndio enorme que queimou parte de sua terra em 1983, quase todas as toras tinham sido danificadas pelo incêndio. Portanto, como a maioria das comunidades da Sierra Juárez, Comaltepec foi profundamente conservadora nas primeiras medidas no sentido da gestão da floresta.

À medida que a produção madereira se tornou mais sistemática, Comaltepec adquiriu confiança suficiente para começar a planejar a serraria e fazer um inventário de seus recursos florestais. Para ambos os propósitos, a comunidade dependeu do apoio da acima mencionada *Estudios Rurales y Asesoría*, uma das recém-fundadas ONG da área, que estava recebendo financiamento da Fundação Ford.

Por volta de 1987, a serraria começou a funcionar e as vendas tanto de madeira serrada como de toras permitiram um fluxo de capital vastamente aumentado. Naquele ano, Comaltepec pôde concluir a serraria e comprar um trator usado, vários caminhões e um guindaste para transportar as toras estrada acima nas encostas escarpadas. Os lucros também foram destinados a uma escola secundária, clínica, melhoramentos da prefeitura e, mais recentemente, planos para mais um passo no processo de valor agregado: construção de uma carpintaria para fabricação de móveis. No máximo de sua capacidade, a serraria de Comaltepec empregava até 15 pessoas na oficina e quase 50 nas montanhas. Com o apoio da ERA e plena participação da comunidade, Comaltepec também formulou um plano para o uso da terra, democraticamente aprovado pela assembléia geral da comunidade realizada em junho de 1988.

Embora a maioria dos membros da comunidade estivesse satisfeita com a infra-estrutura e emprego trazidos pela serraria, alguns continuavam preocupados com seu papel na gestão da floresta. Isso tornou-se questão séria no início de 1990, quando um novo presidente do município foi eleito da região de La Esperanza, um homem que se havia identificado com a tentativa inicial da agência de estabelecer uma bio-reserva. Argumentando que a serraria estava sendo dirigida com ineficiência e perdia dinheiro, o presidente fechou a serraria em abril de 1990 com base em que Comaltepec precisava examinar mais a fundo o que fazia à floresta.

Os que apoiavam a silvicultura comunitária argumentavam que, em sua análise de lucros, o presidente levara em consideração apenas um período contábil, durante o qual haviam sido feitos grandes investimentos. Observaram também que a serraria continuava a processar apenas madeira danificada pelo incêndio da floresta.

Essa divergência ressaltou o grau em que a comunidade se havia alinhado em campos a favor e contra a serraria e também numa facção que se preocupava primariamente com as plantações de café de seus membros na área tropical montanhosa, sem muita sensibilidade com relação à serraria. De qualquer forma, a serraria, tal como a bio-reserva que lhe antecedera, acabou sendo também vítima da política que dominava o município.

Entretanto, depois que a serraria estava parada há um ano, o mesmo presidente mudou de opinião. A serraria foi reaberta em março de 1991 (embora demasiadamente tarde na época da derrubada) em virtude de pressões e, assim se afirma, porque o presidente estava satisfeito em que seria agora devidamente administrada. Comaltepec voltou ao setor madeireiro no momento, mas até que ponto a empresa pode concorrer num mercado que exige dependabilidade na produção continua a ser discutível.

Continua na p. 20

As florestas do México: de concessões a comunidades

O México tem a terceira maior área florestal da América Latina, cerca de 70% da qual em florestas da zona temperada em terreno elevado no maciço complexo de cadeias de montanhas que dominam a geografia nacional. Os outros 30% são constituídos por florestas de madeira-de-lei em vales tropicais, ao Sul, em Oaxaca, Chiapas e Península de Yucatán.

No Século XIX e na primeira metade do Século XX, as florestas mexicanas foram "entregues à mineração" por meio de enormes concessões a empresas privadas, sem dispensar a mínima atenção à conservação. A madeira dessas florestas era transformada em dormentes para os trilhos das ferrovias que ligavam a agricultura e os recursos naturais mexicanos à economia mundial, móveis europeus de luxo (do mogno das florestas tropicais do Sul) e moradias para a população em expansão.

Na década de 50, houve uma tentativa mais sistemática de vincular as florestas mexicanas ao crescimento econômico do país, novamente por meio do sistema de concessões. Florestas de todo o país, muitas delas de propriedade formal das comunidades locais, foram dadas com direitos exclusivos de concessão a serrarias e fábricas de papel tanto privadas como paraestatais. Essas concessões partiam do princípio de que as comunidades nativas e os *ejidos* (acordo comunitário de posse da terra estabelecido pelas leis da reforma agrária mexicana) não tinham condições de gerir suas próprias florestas ou as rendas delas provenientes. A taxa de corte implícita nessas concessões representava apenas uma fração do valor de mercado da madeira.

Tais concessões, bem como as fazendas de gado e a colonização das florestas dos vales causaram as devastações do desmatamento ocorrido nas últimas décadas. O *World Resource Institute* estima as perdas anuais mexicanas para a agricultura e corte de árvores em aproximadamente 600 000 hectares. As perdas mais divulgadas foram as da floresta tropical de Lacandon de Chiapas e o desgaste dos bosques ocorridos em todo o país. Entretanto, no México a lista sombria interminável de estatísticas de desmatamento é equilibrada por algumas das experiências mais avançadas em controle e exploração, por parte da comunidade, de recursos florestais do que em qualquer outra parte da América Latina.

Essas experiências em silvicultura comunitária, relativamente novas e ainda mal documentadas, tiveram aceitação em diversos ambientes ecológicos, tanto em clima temperado dos altiplanos como em clima tropical dos vales. O fato de ter 70% de todas as florestas firmemente em mãos de comunidades indígenas ou de *ejidos* torna o México particularmente promissor para os sistemas de gestão florestal comunitária. Embora essas comunidades tenham tido que lutar pelo controle desses recursos em sua terra, a propriedade da terra nunca esteve em questão. (Em contraste, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura estima que 80% da área florestal de todo o mundo é terra pública.)

Um número cada vez maior de comunidades florestais em estados como Oaxaca, Guerrero, Durango, Chihuahua e Quintana Roo estão lentamente aprendendo a tornar-se administradores eficientes de suas próprias florestas. Entretanto, tentativas de introdução de silvicultura comunitária em Chiapas, importante reservatório da floresta tropical de vale, foram suspensas por uma decisão, em 1987, do Governo de recusar quase todas as licenças de novas derrubadas de árvores.

Este artigo descreve pormenorizadamente a experiência de silvicultura comunitária em Oaxaca, apenas um dos muitos esforços que surgiram no México na última década. Outras experiências comovedoras ocorreram nas florestas

Continua na p. 18

Continuação da p. 17

dos vales de Quintana Roo e nas florestas de pinho e carvalho do altiplano de Chihuahua.

Em Quintana Roo, o Plano Piloto foi um esforço de silvicultura comunitária estimulado em 1983 pelo fim de uma concessão de 29 anos e meio milhão de hectares a uma empresa privada. Mobilizações comunitárias contra a renovação da concessão unira-se aos interesses de políticos iluminados e técnicos em silvicultura para criar uma nova direção da silvicultura do estado. O treinamento e a organização em silvicultura sustentável iniciaram em 1983 no Sul, na cidade de Chetumal e expandiram-se à zona maia de Yucatec perto de Felipe Carrillo Puerto em 1985. O plano evoluiu a um esforço conjunto por parte de jovens especializados em silvicultura, apoiados pelo governo do estado, para entregar a gestão econômica e ecológica total da floresta a seus proprietários.

Das assembléias gerais da comunidade surgiu a estratégia do ecodesenvolvimento que pôs fim à exploração das madeiras tropicais mais preciosas, omo mogno e cedro. Mas, apesar dessa estratégia, a empresa detentora da concessão — autorizada a cortar determinadas quantidades de madeiras-de-lei tropicais preciosas, bem como espécies menos conhecidas — passou a colher mais de 99% da madeira preciosa autorizada e apenas 4% da madeira comum menos lucrativa. Tomando medidas imediatas para reverter esse padrão, as comunidades puseram de lado uma reserva florestal permanente a ser administrada em ciclos de 25 anos. Nesse ínterim, equipes técnicas começaram a treinar intensamente os membros do *ejido* em todos os aspectos da gestão e corte de árvores da floresta e instituiu inventários automatizados dela.

Em poucos anos, as comunidades tinham aumentado enormemente a renda proveniente da floresta e tinham dominados os aspectos técnicos básicos da gestão florestal. Duas organizações de ejidos, a *Sociedad de Ejidos Forestales de Quintana Roo*, de Chetumal, e a *Organización de Productores Forestales de la Zona Maya, de Felipe Carrillo Puerto*, são agora consideradas como os principais exemplos mexicanos da viabilidade econômica e

ecológica de utilizar racionalmente as florestas tropicais dos vales com técnicas silvícolas de produção sustentada. O Plano Piloto, redenominado Plano Estatal, está atualmente organizando dois outros grupos de *ejidos* e de pequenos produtores, tendo em vista, eventualmente, colocar cerca de meio milhão de hectares, numa extensão das bio-reservas de Quintana Roo a Campeche, sob sistemas de gestão sustentável da floresta.

Naturalmente, persistem problemas significativos. A *Sociedad de Ejidos Forestales*, mais avançada, de Chetumal, necessita urgentemente desenvolver novos mercados de espécies menos conhecidas de madeira-de-lei tropical, a fim de reduzir a pressão sobre as madeiras preciosas. Na zona maia, o principal produto ainda é o tradicional — dormentes de trilhos — sendo a ferrovia nacional o único comprador. Sua vantagem, como único comprador, permite-lhe determinar o preço, que permaneceu inalterado três anos. Sem dúvida, há necessidade imperiosa de diversificar produtos e mercados e de industrializar. Entretanto, conforme o *Worldwatch Institute* observou, menos de 0,1% da derrubada de árvores tropicais é feito em base de produção sustentada, de forma que as experiências de Quintana Roo são exemplos expressivos do que se pode fazer noutras partes.

Em Chihuahua há um caso muito mais complexo, com grande potencial mas igualmente com muitos desafios. Chihuahua e Durango, entre si, têm as florestas comercialmente mais importantes do México, sendo ambos os estados responsáveis por 50% da produção florestal do país.

A riqueza do recurso levou a um interesse intenso por parte de instituições econômicas nacionais e multinacionais, bem como de entidades multilaterais. Por exemplo, um projeto conjunto de um banco importante e uma empresa madeireira prevê vastas plantações de pinho e eucalipto em Chihuahua. Um projeto de US$90 milhões do Banco Mundial fornecerá crédito de produção e estenderá redes de estradas, bem como proporcionará menos fundos para a proteção ambiental.

Em meio a tudo isso, a *Asociación Rural de Interés Colectivo General Felipe Angeles* (ARIC-Felipe Angeles), com comunidades membros tanto em Chihuahua como em Durango, empreendeu a busca atemorizante de lucro e eficiência numa ex-empresa estatal, a *Promotora Forestal de la Tarahumara* (PROFORTARAH). A ARIC abrange 185 *ejidos* e 30 000 famílias camponesas, controla as florestas de pinho e carvalho do altiplano de mais de um milhão de hectares (tendo 437 000 hectares valor comercial) e mais de 25 serrarias e instalações diversas de processamento da madeira. Porém, a magnitude dos recursos exigidos pela ARIC é equiparada pela magnitude de seus problemas. Em 1990, a operação sofria de fracassos mecânicos, dificuldades creditícias, baixa produtividade e desorganização interna. Além disso, muitos *ejidos* abrigam divisões étnicas entre os índios Tarahumara e os membros mestiços, sendo a população indígena freqüentemente impedida de participar na indústria florestal. A ARIC, indubitavelmente, tem à frente muitos anos de luta, mas a experiência da Sierra Juárez sugere que esta tarefa não é impossível.

Entre a série de iniciativas, controladas localmente, de aproveitamento sustentável da floresta e surgidas na última década, são os esforços das organizações silvícolas locais e regionais no sentido de estabelecer uma presença nacional. Tanto os *Productores Forestales y Agropecuarios de México* (PROFOAGREMEX) como a *Comisión Forestal* da *Unión de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas*, apoiada pela Fundação, estão atualmente procurando combinar os vários esforços regionais e locais num órgão nacional de coordenação para comercialização, assistência técnica e aproveitamento sustentável da floresta. A consolidação de organizações ao nível nacional também constituiria um marco numa luta de décadas para colocar a gestão florestal comunitária sustentável na agenda de recursos naturais do México.

— *David Bray*

Continuação da p. 16

À PROCURA DE TERRENO COMUM

A braços com a questão como combinar processos democráticos com gestão empresarial eficiente, a ERA, outra ONG de Oaxaca e a comunidade não vêem resposta clara. Miguel Szekely e Sergio Madrid, dois peritos mexicanos em silvicultura comunitária (este último membro da ERA), procuraram harmonizar a imagem tradicional da integração comunitária com a controvérsia encontrada a respeito do uso da floresta. De acordo com eles, "é importante reconhecer certos elementos da vida comunitária como fundamentais: o freqüentemente citado processo decisório consensual, serviços rituais, trabalho comunitário voluntário, feriados e outros momentos da vida comunitária . . . [Entretanto], somos de opinião que o consenso não implica uniformidade mas o contrário, harmonização de interesses diferentes, com enfoque sobre o bem comum."

Szekely e Madrid encaram o conhecimento como a única forma de harmonizar interesses divergentes a respeito da floresta e procuraram treinar um grande número de membros da comunidade nos diversos aspectos da gestão de uma empresa de silvicultura comunitária. As tensões, porém, entre democracia e eficiência continuarão e, nesse ínterim, as comunidades e as ONG acrescentam desafios novos e complexos para o todo.

A ERA, agora trabalhando com outra ONG, a *Servicios comunitarios* (SERCO), começou, no início de 1990, uma nova fase de apoio às comunidades da Sierra Juárez e Sierra Sur de Oaxaca. Assistidas por uma doação da Fundação Interamericana, a SERCO e a ERA responderam aos pedidos da comunidade de treinamento intenso em todos os aspectos do aproveitamento da floresta e da gestão empresarial mediante a organização de um seminário sobre gestão florestal e carpintaria perto da cidade de Oaxaca, facilitando um passo decisivo na fabricação de móveis a fim de aumentar o valor da produção comunitária. Embora as ONG estivessem em condições de começar este programa em outras comunidades, seus esforços em Comaltepec eram basicamente impedidos pelas mudanças políticas acima mencionadas.

Nesse meio tempo, o *World Wildlife Fund* (WWF), organização internacional de conservação que trabalha com profissionais mexicanos, foi convidada pelas autoridades municipais a trabalhar com Comaltepec na conservação e uso adequado de seus recursos biológicos, incluindo a idéia da bio-reserva. Com as experiências anteriores em mente, o WWF, SERCO e ERA estão caminhando com muito mais cautela e com uma compreensão mais clara das complexidades do controle das florestas por parte de uma comunidade democrática. Ainda persistem diferenças em Comaltepec e entre as ONG e doadores internacionais. Os conservacionistas, por exemplo, preocupam-se em que o grau de derrubada de árvores que as florestas de Comaltepec podem absorver é limitado. Encostas escarpadas e vulnerabilidade à erosão do solo tornam a construção de uma estrada para o transporte de toras uma atividade questionável. Os silvicultores, por outro lado, crêem que, mediante a escolha cuidadosa de espécies de árvores a serem cortadas, o prejuízo à floresta será grandemente reduzido e a comunidade beneficiar-se-á economicamente de uma colheita sustentada. Assinalam também que os pinheiros envelhecem e morrem como parte do ciclo de sua vida e, se não forem colhidos, um importante recurso econômico será perdido.

Há sinais de que os conservacionistas e os silvicultores comunitários estão começando a compreender os pontos de vista mútuos. Alejandro de Ávila, antropólogo mexicano que trabalha com o WWF, questiona a idéia de uma reserva intocável. "Não concordo com a idéia de uma reserva convencional; não é viável para Comaltepec", diz ele. "Durante séculos as florestas do Sul do México têm sido usadas pelos seres humanos para produzir lenha e para outros propósitos."

De Ávila é de opinião que o caminho mais viável para a conservação seria uma reserva extrativa, na qual o uso tradicional de recursos pode ser controlado. Francisco Chapela, da ERA, concorda em que se deve dispensar atenção cuidadosa à riqueza biológica de Comaltepec. "Seus recursos genéticos são como uma grande biblioteca; alguns volumes quase nunca são usados, mas, a certa altura, todo volume será útil a alguém. Todos esse livros, todos esses genes devem ser preservados", observa ele. Ricardo López Luna acredita que há lugar para tudo em Comaltepec: exploração da madeira, bio-reservas, cultivo do café — e tece considerações sobre o lepidopterólogo japonês que lhe disse como a comunidade poderia criar borboletas raras em sua terra.

Ironicamente, justamente quando as facções comunitárias estão procurando resolver suas diferenças, uma força externa novamente ameaça o controle de Comaltepec sobre seus recursos florestais. A *Comisión Federal de Electricidad*, o serviço de utilidade pública encarregado da geração de eletricidade para as cidades mexicanas em expansão, vem considerando há anos uma possível represa em Comaltepec e já levantou um

acampamento para fazer estudos de campo. Tal represa inundaria, entre outras áreas, a bio-reserva projetada e Ricardo López Luna espera que o vale ecológico da reserva possa ser usado para deter os propósitos da Comissão.

AMPLIANDO A GESTÃO DA COMUNIDADE

Mesmo no momento em que Comaltepec se empenha na conservação e desenvolvimento de seus recursos, os membros da comunidade estão participando de outra atividade de desenvolvimento, com implicações tanto econômicas como cívicas. Com apoio da SERCO e da ERA, Comaltepec ajudou a fundar, em 1989, uma nova associação intercomunitária, a *Unión Zapoteca-Chinanteca de la Sierra Juárez* (UZACHI). Composta de uma comunidade de Chinantec e quatro de Zapotec, a UZACHI abrange várias comunidades que formam a ODRENASIJ. Por meio da UZACHI, Comaltepec pode tratar de duas das questões mais prementes que enfrentam as organizações de silvicultura comunitária: os *Servicios Técnicos Forestales* (STF) e o *Fideicomiso Fondo Nacional de Fomento Ejidal* (FIFONAFE).

A STF autoriza quantas e que árvores a comunidade pode cortar em determinado ano, enviando um silvicultor profissional para fazer a marcação, assinalando com um martelo toda árvore que pode ser cortada naquele ano. A STF deve também proporcionar uma série de outros serviços administrativos além da marcação. Atualmente, as associações de silvicultores profissionais têm concessão exclusiva do governo federal para a prestação desses serviços, pelos quais são pagos com a venda.

As comunidades há muito vêm reclamando que pagam taxas elevadas por serviços escassos e organizações como a UZACHI têm argumentado que, como podem contratar seu próprio quadro de profissionais, devem ter autoridade para fazer a própria marcação e outros serviços técnicos. A UCEFO, de Oaxaca, conquistou esse direito há alguns anos e agora a UZACHI recebeu licença provisória para fazer a própria marcação.

Foi um momento de significado tanto simbólico quando econômico em outubro de 1990, quando Chucho Hernández, recém-formado em silvicultura e nativo de Xiacui, comunidade membro da UZACHI, entrou numa outra comunidade membro, de martelo na mão, para fazer a marcação como empregado da UZACHI. Jaime Cano, presidente da comissão de supervisão de San Mateo Calpulalpan de Méndez, observa sua importância econômica: "O ano passado, em Calpulalpan, pagamos mais de US$12 000 em serviços técnicos florestais. Este ano estamos pagando uma quantia muito menor à UZACHI como parte do salário de Chucho e o restante podemos guardar para a empresa."

A UZACHI está também instituindo a derrubada seletiva como instrumento de gestão sustentável da floresta, abandonando as práticas de seleção de alta classe da FAPATUX. Graças à derrubada seletiva, apenas uma parcela das árvores maduras é cortada, além das doentes, mal formadas ou de espaçamento deficiente, tendo como resultado uma plataforma com melhor espaçamento. Muitos dos melhores espécimes são deixados como semente para a reflorestação natural.

As áreas comerciais da floresta são divididas em duas seções, com colheitas seletivas em determinada seção cada 10 anos, tempo suficiente para garantir uma colheita sustentável sem modificar seriamente a estrutura natural da floresta e os benefícios ecológicos que proporciona (embora alguns conservacionistas discordem deste último ponto).

Embora o pinho e o carvalho se regenerem vigorosamente, as comunidades de Sierra Juárez precisam tomar medidas muito mais decisivas para gerir suas florestas. Em Calpulalpan, por exemplo, há necessidade imediata de replantar pinho, em virtude do baixo valor que o carvalho ocupa atualmente em mais de 60% das posses da comunidade. O carvalho é uma espécie naturalmente predominante, de forma que a manutenção do pinheiro, após o corte, requer esforços de reflorestação mais concertados. Em Comaltepec, já começou uma certa reflorestação; crianças da comunidade, por exemplo, ajudaram a reflorestar oito hectares.

Entretanto, serão necessários esforços muito mais sistemáticos e regulares em todas as comunidades. Deve-se também dispensar atenção às práticas de agrosilvicultura, especialmente a plantação de café na região tropical montanhosa de Comaltepec.

NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO AO NÍVEL NACIONAL

O FIFONAFE é um fundo fiduciário que representa outra relíquia paternalista, atualmente sob pressão para ter maior abertura e mais eficiência. Foi criado para receber os proventos da taxa de corte da madeira e de outros tipos de produção agrícola. Em teoria, as comunidades apresentariam projetos de desenvolvimento ao fundo para receber de volta o seu capital de investimento. Na prática, entretanto, tem sido muito difícil

para as comunidades saber quanto dinheiro depositaram e ter acesso ao mesmo. Sem assistência técnica, terão dificuldade em formular propostas viáveis e até mesmo estas encontrarão problemas em passar pela burocracia. As comunidades, individualmente, não puderam fazer muito com relação a esses problemas e a UZACHI espera ter influência suficiente para impulsionar o FIFONAFE no sentido de maior eficiência. Porém, em última análise, as comunidades esperam reter seu capital de investimento para seus próprios projetos de desenvolvimento.

Mas a UZACHI é apenas uma organização pequena e nova de cinco comunidades com influência limitada sobre o setor florestal de Oaxaca. Para aumentar sua presença, capacidade técnica, capital e potencial de crédito, a UZACHI ajudou a formar uma confederação em Oaxaca em janeiro de 1991. A *Sociedad de Silvicultores de Oaxaca, S. C.*, inclui uma segunda organização de Sierra Juárez, a *Unión de Comunidades Ixtlán-Etla*, bem como comunidades florestais ao Sul da Sierra. Essa Sociedade espera eventualmene tornar-se a segunda organização florestal de projeção a surgir em Oaxaca (depois da UCEFO) na última década e une-se ao grupo crescente de outras organizações de silvicultura comunitária ao nível nacional no México.

Por meio da Sociedade, pode-se empreender projetos de desenvolvimento comunitário e conservação mais ambiciosos. Lucas Pérez Ruíz, Presidente da UZACHI e professor na comunidade de La Trindad, diz: "a Sociedade nos fortalecerá e possibilitará mais recursos. Precisamos encontrar um meio de usar industrialmente a serragem, conseguir picadores [para celulose de imprensa] e tratar do problema do domínio do carvalho."

A Sociedade está preparando diversos projetos de investimento para apresentar a fontes de financiamento. Um desses projetos — produção de carvão — possibilitaria às comunidades explorar o carvalho subutilizado, reduzir a plataforma atual de carvalhos e criar espaço para a reflorestação do pinho. Um projeto para instalar um picador permitira vender às usinas de celulose da FAPATUX numa fase mais avançada de processamento e a preço mais alto. Este projeto reveste importância especial, porque as tendências do mercado de produtos florestais indicam que a produção de papel é mais dinâmica do que a de serragem.

Há também diversos investimentos menores a serem feitos. Por exemplo, muitas serrarias comunitárias são dirigidas com ineficiência e necessitam de assistência técnica intensa. A Sociedade e seus assessores estão também profundamente cientes da possibilidade de um acordo de livre comércio entre o México e os Estados Unidos e entre o México e o Canadá e seu provável impacto sobre a produção local de madeira. De fato, madeira dos Estados Unidos e do Canadá, bem como de outros países latino-americanos, estão entrando no México e muitas serrarias já faliram. A Sociedade e seus membros estão concorrendo num mercado internacional contra produtores mais eficientes de outros países e estão lutando por aumentar o seu *know-how*.

Além do desafio econômico, a Sociedade também enfrenta pressões internas e externas. Internamente, seu início foi vacilante em virtude de conflitos entre a SERCO e a ERA, as duas ONG que tinham colaborado para sua formação. Divergências a respeito de estratégias e disposição de recursos exíguos levaram a um desentendimento entre os dois grupos, que apresentou à Sociedade o desafio imediato de formar a sua própria equipe técnica com os técnicos divergentes. As pressões externas provêm do governo local, habituado a controlar a maioria das organizações camponesas. A posição resolutamente apolítica da Sociedade e o caráter pluripartidário de seus membros obrigam-na a lutar pela legitimação por parte das autoridades políticas locais.

MAIS DO QUE ECONOMIA

À medida que a Sociedade luta para consolidar-se, define-se mais claramente o seu valor para Oaxaca e o México. O valor imediato não é necessariamente econômico. Por exemplo, o déficit comercial de 1990 do México de US$314 milhões em produtos florestais não será coberto pelas empresas comunitárias de Sierra Juárez. A FAPATUX, por exemplo, deve agora importar matéria-prima do Norte do México devido à redução de suprimentos de Oaxaca. Entretanto, na realidade, as indústrias madeireiras raramente contribuem de forma significativa para o desenvolvimento nacional em virtude da ineficiência governamental de captar a rentabilidade florestal. Como ocorreu em Oaxaca, algumas empresas madeireiras recebem os lucros inesperados, enquanto nem o governo nem as comunidades locais se beneficiam muito. Mas hoje, na Sierra Juárez, o valor real da modesta produção corrente é retido inteiramente pelas comunidades locais, um autêntico progresso no desenvolvimento de base.

Essas empresas comunitárias também representam outro tipo de desenvolvimento, com valor menos facilmente calculável. Como estão explorando a própria madeira, as comunidades preocupam-se com a sustentabilidade de seu valor econômico e serviços ecológicos para futuras gerações de mexicanos. O surgimento da

UZACHI e da Sociedade também promete contribuir para uma sociedade rural mexicana mais democrática. Decididamente não-partidárias e concentradas em seus interesses como camponeses produtores de madeira, as organizações representam a nova face da sociedade civil autônoma do México. Além disso, conforme assinalou Michael Chernea, do Banco Mundial, esse tipo de instituição de base deve ser corretamente considerado como uma "forma de acumulação de capital" por direito próprio.

A experiência de Comaltepec e de outras comunidades da Sierra Juárez, bem como de Chihuahua, Quintana Roo e outras áreas do México, sugere que a "premissa otimista" da revista *New Scientist* a respeito da compatibilidade entre conservação e desenvolvimento não é infundada. Surge entre muitas organizações de desenvolvimento e ambientais uma nova conscientização de que a sustentabilidade não pode ocorrer sem ambas as forças: não deve haver projetos de conservação que não sejam também projetos de desenvolvimento e projetos de desenvolvimento que não sejam também projetos de conservação.

Nos anos vindouros, cidadãos, burocratas e líderes de todos os níveis da comunidade global estarão empenhados justamente em transformar isso em realidade. Os líderes e cidadãos de Comaltepec devem encontrar uma forma de gerir, com êxito, a entrada da sua comunidade na economia global na última década do Século XX; ao fazê-lo, devem decidir se serão cafeicultores, produtores de madeira, administradores da floresta — ou domésticas e tralhadores de construção em Santa Mônica. Talvez seja uma combinação de tudo isso. Os cidadãos e líderes do mundo fora de Comaltepec deve estar preparados para respeitar as decisões da comunidade e ajudá-la a conseguir o melhor conhecimento possível sobre o qual basear suas decisões.

DAVID BARTON BRAY *é representante da Fundação para o México. Entre suas publicações recentes figuram* 'Defiance' and the Search for Sustainable Small Farmer Organizations: A Paraguayan Case Study and a Research Agenda *em* Human Organization *e* Mexico: Campesinos and Coffee *em* Hemisphere, *em colaboração com Luis Hernández.*

O autor agradece a colaboração de Fernando Melo, Rocío Solís, Sergio Madrid, Francisco Chapela, Yolanda Lara Padilla, Alejandro Ávila e dos comuneros de Santiago Comaltepec e San Mateo Calpulalpan de Méndez por seu apoio na elaboração deste artigo. Proporcionaram também comentários técnicos extremamente úteis Bruce Cabarle, Mario Ramos, Alejandro de Ávila, Alberto Ramos, Brad Ack e Carol Zabin.

NOTAS DE REFERÊNCIA

Chernea, Michael. 1987. *Farmer Organizations and Institution Building for Sustainable Development. Regional Development Dialogue*, Vol. 8, Nº 2; 1-19.

Lara Padilla, Yolanda. 1991. *La Situación Forestal en el Estado de Oaxaca.* Manuscrito inédito.

— 1991. *El Aprovechamiento Forestal Sostenible, un Reto para la Supervivencia de la Industria Forestal en Oaxaca.* Manuscrito inédito.

Postel, Sandra e John C. Ryan. 1991. *Reforming Forestry.* Em *State of the World 1991*, editado por Lester R. Brown. New York: A Worldwatch Institute Report, W. W. Norton and Company.

Sattaur, Omar. 1991. *Last Chance for the Rain Forest Plan? New Scientist*, 2 de março de 1991.

Szekely, E. Miguel e Sergio Madrid. 1990. *La Apropiación Comunitaria de Recursos Naturales: Un caso de la Sierra Juárez, Oaxaca.* Em *Recursos Naturales, Técnica y Cultura: Estudios y Experiencias para un Desarrollo Alternativo*, editado por Enrique Leff. Cidade do México: Universidad Autónoma de México.

World Wildlife Fund. 1990. Programa Proposto para a Implementação de Atividades de Conservação de Recursos Naturais em Oaxaca e Chiapas com Apoio Internacional. Relatório interno.

Zabin, Carol Ann. 1989. *Grassroots Development in Indigenous Communities: A Case Study from the Sierra Juárez in Oaxaca, México.* Dissertação de doutorado, *University of California, Berkeley.*

Uma federação enfrenta macropolíticas mal-orientadas a fim de ajudar as comunidades a salvar "suas" árvores e as florestas do país

EM BUSCA DE UMA EXPLICAÇÃO PARA A "TRAGÉDIA DOS COMUNS": Os extratores de resina de Honduras

Denise Stanley

"ESTA FLORESTA pertence ao povo de San José de Protección, Comayagua", diz Don Víctor Manuel Sánchez, fundador da cooperativa agroflorestal da comunidade e membro da federação nacional de extratores de resina. Falando lenta e firmemente, expressa os sentimentos comumente ouvidos nos altiplanos rurais de Honduras. Suas circunstâncias transmitem a precariedade de suas convicções. Sánchez conversa conosco na prisão, onde ele e outros líderes da cooperativa estão detidos desde a noite anterior, acusados de invasão.

Durante anos, os membros da cooperativa têm colhido a resina de pinheiros que crescem nas terras sob a jurisdição do *ejido* ou município local. Recentemente, uma grande parcela da terra municipal foi vendida a um forasteiro de Tegucigalpa, capital do país, que tinha intenções de cercá-la para outros fins. Quando os extratores de resina locais fizeram fincapé, o novo proprietário mandou prender os líderes.

Embora os fatos pareçam evidentes, as raízes do conflito são emaranhadas. O proprietário tem o título da terra, mas o Estado é o dono das árvores. No passado, um órgão público dera aos extratores de resina da cooperativa direitos de usufruto e designara-lhes uma cota de produção. Agora reivindicava neutralidade.

Encontra-se aqui, em microcosmo, uma reencarnação do antigo debate sobre quem é o proprietário das florestas do país e como estas devem ser utilizadas. Essas perguntas deviam ter sido respondidas em 1974, quando Honduras criou o *Sistema Social Forestal*, no âmbito da *Corporación Hondureña de Desarrollo Forestal* (COHDEFOR), para pôr fim à derrubada de árvores por parte de empresas madeireiras européias e americanas, regulamentar a extração e comercialização de produtos florestais e financiar programas públicos de desenvolvimento. De fato, a Lei Nº 103 nacionalizou as florestas e criou a COHDEFOR para administrar o uso das mesmas. A COHDEFOR cumpriria seu mandato incentivando os agricultores a associar-se às cooperativas ou a outros grupos de trabalho que colheriam os recursos florestais, combateriam incêndios e impediriam o pasto excessivo, derrubada ilegal e agricultura de corte e queimada.

No início da década de 90, o sistema estava em desalinho. Embora produzindo apenas 15% das exportações do país, os bosques continuam a diminuir a uma taxa tão alarmante que poderão desaparecer no início do próximo século. Mais de um terço da população rural ainda vivia em áreas cobertas de florestas e, no entanto, era contada entre os mais pobres do país. Os críticos sustentavam a necessidade de reformas drásticas para impedir que Honduras fosse vítima daquilo que um grupo influente de pesquisadores denominou "a tragédia da propriedade comum".

Esse termo foi cunhado por Garrett Hardin em 1968 para descrever como as terras comunitárias se deterioravam gradualmente à medida que aumentavam

as pressões populacionais e a corrida para usar os recursos disponíveis antes que outros o fizessem. Mais ou menos na mesma época, Harold Demsetz (1967) atribuiu a culpa desse desgaste às formas comunitárias de propriedade que "não concentravam na pessoa o custo associado ao exercício de seus direitos comunitários." O remédio foi estabelecer direitos incontestáveis à propriedade privada, uma vez que um proprietário individual "procuraria maximizar o verdadeiro valor [da terra]." Escritores posteriores, da "escola de direitos de propriedade" , inclusive Theodore Panayotu (1989), argumentavam que a propriedade pública também levava a um esgotamento de recursos e deveria ser privatizada juntamente com outras formas de propriedade comunitária.

Argumentos sobre a superioridade relativa da propriedade pública ou privada interpretaram erroneamente o valor e a legitimidade da propriedade e gestão comunitárias. Outros autores ressaltaram a lógica e sustentabilidade dos regimes de propriedade comum. Conforme afirma Bromley (1989), ainda persiste uma confusão de termos. Um regime de propriedade comum não é uma situação de acesso aberto; propriedade comum tem um grupo bem definido de usuários autorizados, um recurso bem determinado a ser usado e administrado pelo grupo e um conjunto de disposições institucionais com regras para o uso do recurso. Como a propriedade privada, a propriedade comum pode contribuir para a gestão sustentada das florestas. S. V. Ciriacy-Wantrup e Richard Bishop (1975) também afirmam que a propriedade comum e a gestão comunitária de recursos não são um desastre: "a propriedade comum não é 'propriedade de todos'. O conceito implica que usuários potenciais dos recursos, não-membros do grupo de proprietários co-iguais, são excluídos."

Embora as falhas do Sistema de Silvicultura Social de Honduras sejam cada vez mais evidentes, a diagnose e a cura não o são. Na realidade, nenhum regime de propriedade — seja estatal, privado ou comum — apresenta um registro imaculado em termos de proteção ambiental. A experiência em pecuária em grande parte da América Latina mostra como a propriedade privada pode contribuir para o desmatamento (Nations e Komer, 1983), ao passo que a experiência da Suíça e de alguns pecuaristas africanos indica que os sistemas de pastos comunitários podem ser ecologicamente seguros (Netting, 1976; Swallow, 1990), sugerindo que entram em jogo outros fatores que não a propriedade comum.

A identificação desses fatores é crucial não somente para Honduras, cujo Governo está considerando a privatização dos bosques, mas para os seringueiros do Brasil, colhedores de castanhas do Peru e outros esforços comunitários promissores em outras partes da América Latina para aumentar a renda das pessoas carentes, protegendo ao mesmo tempo as florestas em definhamento. A experiência dos extratores de resina da *Federación Hondureña de Cooperativas Agro-Forestales* (FEHCAFOR) sugere como se pode evitar a tragédia da propriedade comum. Um exame dos filiados — a *Cooperativa Villa Santa-Los Trozos* e a *Cooperativa San Juan de Ojojona* — revela três fatores determinantes: posse segura, incentivos econômicos e capacidade institucional.

POSSE SEGURA

"Se uma árvore for produtiva, poderá durar de 20 a 25 anos", assevera Rosalio Espinal, Presidente da FEHCAFOR e membro da *Cooperativa Villa Santa-Los Trozos*. "Essas árvores são nossa sobrevivência, portanto temos de protegê-las."

Juan Francisco Martínez, secretário da *Cooperativa San Juan de Ojojona*, acrescenta: "O Governo diz que as florestas pertencem à COHDEFOR, mas somos nós que apagamos os incêndios, limpamos a vegetação rasteira e cuidamos das árvores."

Vários anos de intendência convenceram os extratores de resina que a floresta é deles, mas apesar dessa profunda convicção, os responsáveis pela política nacional não estão convencidos de que as populações pobres da zona rural sejam capazes de gerenciar esse recurso. À medida que o país passa por um programa de reestruturação econômica, propõem-se reformas para o sistema florestal estatal que ameaçam reduzir o acesso dos extratores de resina e de outros grupos comunitários. Há pouca probabilidade de que essas reformas funcionem se não interpretarem corretamente a causa de falhas do passado, se confundirem a propriedade pública e a comum com acesso aberto. Ou seja, deve-se compreender a relação entre o Sistema de Silvicultura Social prescrito e a posse real, esse "conjunto de direitos" para extrair valor de uma área que inclui a forma de encarar, dividir, possuir e defender os recursos, formal e informalmente (Fortmann e Ridell em Raintree, *et al.*, 1987).

Atualmente, os extratores de resina hondurenhos trabalham sob uma combinação de regimes de propriedade comum, estatal e individual. Conforme mencionado anteriormente, o Estado é o proprietário das árvores, ao passo que a propriedade do solo arável é privada, nacional ou municipal. Embora o Artigo 29 da Lei Nº 103 que estabelece o Sistema de Silvicultura

Social aparentemente atribua a cooperativas e grupos comunitários direitos exclusivos de acesso à extração da resina e ao corte da madeira das florestas nacionais, na prática a posse legal é altamente condicional.

De início, cada cooperativa deve negociar anualmente seu arrendamento por meio de um contrato de venda com a COHDEFOR que especifica quantos barris de resina podem ser extraídos e quantos metros de madeira podem ser cortados. A cooperativa só pode vender sua madeira às serrarias locais autorizadas, que retêm direitos exclusivos de comercializar os produtos de sua área "tributária". O contrato também obriga a cooperativa a "aceitar incondicionalmente" os planos de gestão florestal da COHDEFOR para a área, proíbe a cooperativa de tentar bloquear quaisquer contratos assinados pela COHDEFOR com terceiros e especifica que o "acesso à área de resinagem é irrestrito."

As cooperativas que prosperaram sob o Sistema de Silvicultura Social foram capazes de organizar-se informalmente e defender seus direitos de posse e a própria floresta. A *Cooperativa Villa Santa-Los Trozos* é um excelente exemplo.

Villa Santa é uma vila rural de 2 500 habitantes no município de Danlí no departamento de El Paraíso. Coberta por espessa proteção de floresta de pinheiros e recebendo chuvas abundantes que excedem de 1,5 m anualmente, a zona montanhosa adjacente é habitada por colonos das áreas ressequidas do Sul de Honduras, abrangendo Sabana Grande e Nueva Armenia.

Em 16 de maio de 1973, os residentes da cidade bloquearam a estrada principal durante 24 dias para impedir que os tratores de uma serraria italiana derrubassem a floresta. "Sentimos-nos obrigados a defender a floresta, embora sem saber o que ela nos poderia dar", disse Policarpo Alvarenga. Ajudados por universitários e advogados de Tegucigalpa, 12 líderes grevistas, que se tornaram conhecidos como "os primitivos" ou homens sábios, decidiram formar a cooperativa que um dia Alvarenga haveria de liderar. Uma concessão de 22 000 hectares de florestas nacionais foi obtida da recém-organizada COHDEFOR e a cooperativa conseguiu 216 conjuntos de equipamento moderno de extração em consignação da empresa Maya de processamento de resina. Após dividir a terra entre os membros para lavoura e colheita, a comunidade estava em plena atividade.

Os membros pagavam uma cota a um fundo de poupança por cada barril de resina extraído, permitindo à cooperativa comprar um caminhão para transportar resina de postos de recolhimento centralizados para a instalação de processamento em Tegucigalpa. Abriu-se um armazém para comprar produtos de primeira necessidade e materiais agrícolas a granel para vendas com desconto. Em 1980, a cooperativa começou a vender toras que já haviam passado pelo ciclo de resinagem; diversificaram então suas fontes de renda vendendo galhos para ligadura a empresas de tabaco do vale próximo. Em 1989, a cooperativa tinha cerca de 200 membros e um fundo de reserva de aproximadamente US$30 000.

A chave desse êxito tem sido a capacidade da cooperativa de limitar o acesso à floresta. Hoje, a maioria dos membros cercou seus lotes e vive nas proximidades para controlar a entrada. Os direitos à floresta podem ser legados a membros da família após o falecimento ou transferidos após reassentamento, mediante acordo com a secretaria da cooperativa. Estabeleceu-se um sistema de meeiro que permite aos membros alugar suas árvores a um trabalhador, que recebe metade da resina extraída. E em duas ocasiões os líderes da cooperativa reuniram-se com o diretor nacional da COHDEFOR para impedir a derrubada por parte da serraria e outras incursões de estranhos.

A *Cooperativa San Juan de Ojojona*, situada no departamento de Francisco Morazán, não teve tanta sorte. Essa área, que tem sido um centro de extração de resina desde a introdução desse ramo em Honduras em 1913, destaca-se pela extrema pobreza, aridez crescente, capa florestal em rápido definhamento e emigração em massa para Tegucigalpa próxima. Em 1966, 60 camponeses de diversas aldeias do município de Ojojona reuniram-se para formar a primeira cooperativa de comercialização de resina do país. A *Cooperativa San Juan* floresceu sob o Sistema de Silvicultura Social criado no início da década de 70, contando com mais de 300 membros, comprando um caminhão e começando um posto de vendas. Os líderes da cooperativa ganharam proeminência no âmbito da FEHCAFOR, a nova federação nacional.

O balão esvaziou-se quando o presidente, que era ex-prefeito do município, fugiu com US$50 000. A organização ficou em frangalhos. Em 1989, a produção de resina caiu a apenas 180 barris ou 45 toneladas métricas, menos de 7% da produção de Villa Santa. Hoje a *Cooperativa San Juan* tem somente 35 membros e um capital de reserva de apenas US$1 000.

Os extratores de resina de San Juan vivem muito afastados uns dos outros e longe de seus lotes designados, dificultando o cuidado adequado das árvores ou a defesa contra estranhos. Bienvenido Martínez, Presidente da Cooperativa, observou com tristeza que "qualquer pessoa pode roubar nossos baldes de resina,

cortar madeira e pôr fogo . . . porque as florestas pertencem ao *ejido* e não há cercas."

Nesta zona árida além dos vales desmatados pela expansão da pecuária na década de 50, as árvores tornam-se cada vez mais escassas e o coeficiente de regeneração é baixo. Mesmo se a cooperativa tivesse o conhecimento e os recursos para o reflorestamento, o sistema predominante de "acesso aberto" torna-o fútil. Tanto a extração da resina como a floresta estão à beira da extinção.

A experiência destas duas cooperativas mostra que a chave para uma silvicultura comunitária viável é a capacidade de controlar o acesso à fonte de recursos e formular regras para gerenciar o uso dos mesmos. O pacote de novas propostas legislativas para reformar o sistema de silvicultura social ameaça solapar cooperativas fortes que conseguiram, apesar das políticas da COHDEFOR, obter direitos de posse informais e levar os mais fracos rapidamente à beira do abismo.

Algumas dessas propostas visam a proporcionar incentivos econômicos para a proteção florestal, ao mesmo tempo aumentando potencialmente a receita pública. Terminou o monopólio sobre as exportações de madeira e a taxa sobre toras cortadas quase dobrou. Está também em discussão um plano mediante o qual se pagaria aos agricultores para plantar árvores, a posse destas seria cedida a proprietários particulares e os incentivos fiscais encorajariam a conservação e o uso racional.

A transferência de direitos de usufruto a proprietários privados teria impacto imediato sobre os extratores de resina, como os de San José de Protección, onde os forasteiros estão rapidamente comprando as terras. Entretanto, a ameaça principal provém da lei de privatização de terras públicas. Uma possível situação seria a da ampliação de 58 áreas tributárias sobre as quais mais de 63 serrarias em funcionamento têm atualmente jurisdição. Uma solução alternativa seria passar a jurisdição florestal da COHDEFOR para o governo municipal, mas os extratores de resina suspeitam que o resultado seria o mesmo. As empresas madeireiras dispõem do capital para prometer lucros maiores a curto prazo e Salvador Meza, gerente da FEHCAFOR, pergunta-se se o caso dos extratores de resina não seria mal entendido pelos "prefeitos muito abertos à pressão externa, cujo conhecimento de cuidado florestal é mínimo ou inexistente."

Se as companhias madeireiras puderem cercar as florestas e impedir a entrada de empresas comunitárias, afetarão tanto as pessoas de baixa renda da zona rural como o meio ambiente. A seiva pode ser colhida de uma árvore até 40 anos, após o que pode ser cortada para servir de lenha ou madeira. Os restolhos são mantidos intactos por períodos mais longos, proporcionando habitat para a flora e fauna, mantendo as bacias hidrográficas e impedindo a erosão do solo. Oferecendo aos pequenos agricultores um "cultivo comercial" a longo prazo e seguro do ponto de vista ambiental, a extração da resina desencoraja a agricultura de corte e queimada por parte dos membros da cooperativa e pode inclusive lançar as sementes de maior receptividade a métodos mais sustentáveis de agricultura de subsistência. Os agricultores que vivem "com" a floresta são de fato bombeiros eficientes contra incêndios naturais e provocados pelo homem e as cooperativas diversas vezes já mobilizaram seus membros para impedir que a sua subsistência desapareça na fumaça.

As autoridades da FEHCAFOR e técnicos em silvicultura mencionam vários exemplos de exploração excessiva por parte de serrarias hondurenhas no atual sistema tributário e perguntam-se, considerando que muitas são de propriedade de estrangeiros, se se comprometerão a preservar as florestas do país a longo prazo, uma vez eliminadas as restrições. Mesmo se as empresas madeireiras forem obrigadas a reflorestar, a derrubada perturba o habitat e intensifica várias outras ameaças evitadas pela extração da resina.

No fim de 1988, a FEHCAFOR pôs um anúncio em *La Tribuna*, jornal de maior destaque de Honduras, advertindo o público de que a expansão das áreas tributárias "entregará [a floresta] nas mãos de algumas serrarias, prejudicando a maioria do povo hondurenho, que se transformaria em trabalhadores diaristas mal pagos." A renda mais baixa presumivelmente aumentará o coeficiente de imigração para áreas urbanas já sobrecarregadas e os que permanecerem terão pouco incentivo para proteger a propriedade de outrem.

Ainda se deverá determinar se os extratores de resina com renda a longo prazo proveniente dos pinheiros ou as serrarias que transformam essas árvores em contraplacados para rápida exportação protegerão melhor a cobertura florestal. O certo é que as cooperativas, como a de Villa Santa, podem operar como empresas privadas para usar com eficiência os recursos florestais e incentivar o desenvolvimento rural entre os agricultores.

INCENTIVOS ECONÔMICOS

A posse segura é requisito para cooperativas florestais bem sucedidas, mas isso não basta. Avaliando progra-

mas de plantação de árvores no Haiti, o antropólogo Gerald Murray afirmou: "A proteção ecológica e a reflorestação ocorrem somente como efeitos secundários de atividades que geram renda. . . . Os camponeses não são bandidos nem cegos [que precisem] ser educados, mas participantes econômicos racionais e orientados para uma meta."

Rosalio Espinal, da cooperativa de Villa Santa, explica isso mais diretamente: "não queremos cortar os pinheiros antes que atinjam o ciclo da resina, porque isso seria como matar uma vaca leiteira."

A maioria dos extratores de resina são pequenos agricultores que estão neste ramo para ganhar dinheiro a fim de comprar gêneros de primeira necessidade e ocupar-se nos meses fracos em que os cultivos de subsistência estão sendo plantados e antes de serem colhidos. Trabalhando sozinho, um agricultor pode passar dois ou três dias por semana instalando tubos e baldes plásticos de drenagem em pinheiros das espécies *pinus oocarpa, tecun amania, caribaiea, pinabeta* e *costanero*, fazendo uma pequena incisão na casca com uma lâmina para não danificar a árvore e derramando ácido sulfúrico nas marcas para aumentar o fluxo. No auge da resinagem, de janeiro a maio e no meio do verão, um agricultor pode extrair até um quarto de tonelada métrica de seiva de resina por mês por grupo de 500 árvores, ganhando aproximadamente US$300 por estação. Em Villa Santa, alguns extratores têm acesso até a 2 000 árvores, sendo 1 000 a média.

Infelizmente, as condições de comércio têm sido altamente voláteis na última década e põe-se em dúvida a lucratividade futura. Oscilações drásticas de preços no mercado internacional criaram um ciclo de surto-colapso, subindo a US$41 por quarto de tonelada métrica no início de 1980, antes de cair a US$16 em 1984 e avançando gradualmente a US$28 quatro anos mais tarde. Desse preço bruto oscilante, os extratores de resina pagaram quase US$10 por quarto de tonelada métrica em taxas contínuas à COHDEFOR e aos governos municipais, além de anuidades à cooperativa.

Parte do problema tem sido a incapacidade dos extratores de resina de influenciar o mercado local. Vendem a resina a três empresas que a processam para exportação aos Estados Unidos, Japão e Europa como terebintina ou colofônia para sabões, tinturas e adesivos. As três empresas fizeram um acordo oligopolístico, conhecido como o Fundo da Resina, que fixa os preços a ser pago aos extratores e divide o bolo do processamento em fatias iguais. De fato, esse Fundo oferece estabilidade de preço para a época de resinagem de seis meses, mas também está ligado a padrões de qualidade que tendem a excluir a resina dos extratores de renda mais baixa e de bosques marginais.

Essas tendências econômicas afetam as decisões dos agricultores de continuar ou não a extrair resina. Com o Fundo da Resina recusando-se a comprar resina "suja" e tendo-se queimado com as oscilações descontroladas de preços da última década, diversas cooperativas, muitas delas filiadas à *Central Nacional de Trabajadores del Campo*, federação nacional de agricultores, deixaram a extração da resina para cortar lenha. Além disso, as mudanças econômicas ocorridas em 1990 tornam precária a situação.

Em março daquele ano, Rafael Leonardo Callejas, recém-eleito Presidente de Honduras, anunciou a liberalização do sistema de divisas, na realidade uma desvalorização que inadvertidamente ameaçava levar os extratores de resina à falência. Essa medida destinava-se a incentivar as exportações de agroindústrias hondurenhas, reduzindo ao mesmo tempo as importações e o déficit comercial. As empresas processadoras de resina melhoraram seus balanços internos cambiando, a uma taxa mais alta, os dólares ganhos no exterior, usando ao mesmo tempo o controle do mercado de resina para impedir o repasso de qualquer lucro aos extratores pagando-lhes preços mais altos. Os extratores continuavam a ser apertados na outra extremidade, à medida que o custo dos materiais aumentava em virtude da eliminação de restrições de direitos alfandegários e de isenções de impostos. O preço de certos materiais, como o ácido sulfúrico, dobrou, enquanto o de baldes plásticos e lâminas de aço aumentou 30%.

Como as empresas se recusaram a aumentar os preços do produto, em maio de 1990 as cooperativas da FEHCAFOR decidiram retirar sua resina do mercado. Em julho, as empresas já tinham negociado um aumento de 20% do preço e as vendas reiniciaram-se. Após outros seis meses de complicadas negociações, o Fundo da Resina anunciou que entraria em vigor, em fevereiro de 1991, um aumento que elevaria a US$52 o preço do quarto de tonelada métrica da resina.

O elemento comum nos perigos de planos para mudar o sistema de posse da floresta e empreender reajustes econômicos estruturais têm sido a invisibilidade dos extratores de resina para os formuladores de política. A capacidade da FEHCAFOR de negociar preços mais altos demonstrou o que se pode conseguir por meio da organização. Mas alguns agricultores, inclusive Salvador Meza, gerente da FEHCAFOR, crêem que se precisa de algo mais além de reação organizada. "Seria melhor", diz ele, "se pudéssemos ampliar nosso negócio processando nossa própria resina."

CAPACIDADE INSTITUCIONAL

O sucesso de uma cooperativa ou de qualquer outro grupo comunitário envolvido em utilização racional de recursos naturais depende de sua utilidade para seus membros. Deve haver uma atividade econômica e legalmente segura para a empresa sair da fase de planejamento. Uma vez reunidas as pessoas, são necessários a liderança dinâmica e o desenvolvimento de aptidões administrativas para manter o consenso e transformar o entusiasmo de ideais comuns nas minúcias dos serviços essenciais. As experiências da *Cooperativa Villa Santa* e da *Cooperativa San Juan de Ojojona* oferecem indícios da razão por que certas instituições comunitárias se unem para formar um consenso funcional, ao passo que outras não o conseguem. Pode-se pensar que a falha crucial que limitou a *Cooperativa San Juan* tenha sido sua falta de liderança quando o ex-presidente desviou fundos. É de surpreender o fato de que tanto a *Cooperativa Villa Santa* e a própria federação FEHCAFOR sofreram lapsos semelhantes, sendo esta última de fato dissolvida até ser reestruturada em 1984 pela *Confederación Hondureña de Cooperativas* (CHC). Antes de passar ao nível nacional, é instrutivo ver o que se pode aprender da elasticidade de Villa Santa no nível local.

Quatro lições podem ser aprendidas. Primeiro, os membros compartilharam uma forte experiência de participação comum num movimento comunitário. Genaro Osorio, um dos 12 "primitivos" apresentados no início deste artigo, afirma: "A mística de agir em conjunto para proteger a floresta penetrou na organização que seguiu, unindo seus membros.

Segundo, a área de Villa Santa é dotada de uma abundância de florestas naturais e clima favorável à produção de resina. A maioria dos membros tem acesso a 1 000 árvores, permitindo-lhes ganhar o suficiente para conservar o recurso em vez de transformá-lo em dinheiro. Temperaturas amenas cooperam para o método de extração com ácido sulfúrico, o que efetivamente dobra a produção tradicional. Boas estradas têm facilitado o transporte da resina e a renda da comercialização em grupo tem incentivado a diversificação em outras atividades de produção com base na floresta. O uso múltiplo reforça a prática da conservação e possibilita à cooperativa superar as oscilações erráticas de preços de um produto.

Terceiro, os membros puderam conseguir crédito para comprar equipamento moderno de extração e aprenderam a usá-lo desde o início da cooperativa. "O pessoal da Maya [empresa de processamento de resina que forneceu o equipamento] ensinou Don Luis Alonso como afixar o balde e o canal", lembra-se Felipe Alemendares, um dos primeiros membros. "Ele fez uma experiência com este e me mostrou; era muito fácil e nós todos logo aprendemos."

Quase à revelia — uma vez que a COHDEFOR não proporcionava às comunidades do Sistema de Silvicultura Social serviços de crédito ou assistência técnica, a cooperativa deparou-se com a adaptação "primeiro o agricultor" das tecnologias adequadas que tem sido o ponto nevrálgico de diversos programas de desenvolvimento rural bem sucedidos (Robert Chambers *et al.*, 1989). Essas metodologias, introduzidas pelas organizações não-governamentais (ONG) em quase todo o mundo em desenvolvimento, comprovam que o método de agricultores ensinando a agricultores o que aprenderam ao lidar com novas tecnologias em seus próprios campos tem probabilidade muito maior de êxito do que extensionistas que procuram recriar experiências inventadas por cientistas em postos centralizados de pesquisas. Ironicamente, como a abordagem "primeiro o agricultor" levou à adoção local do método de balde-canal recomendado pelo Estado, a cooperativa ganhou o respeito da COHDEFOR, conseguindo ser ouvida por pessoas de influência que poderiam ajudar a pôr termo à invasão das serrarias nas florestas ao redor de Villa Santa.

Finalmente, a sólida participação no âmbito da cooperativa levou à divulgação das aptidões de liderança, de forma que, quando o primeiro presidente esvaziou os cofres da organização, surgiu um novo grupo de líderes para recuperar aqueles recursos e redinamizar a empresa comunitária. Lembrando-se dos tempos de 1985, Rosalio Espinal, um dos novos líderes, diz: "Foi triste comprovar que os primeiros administradores nos roubaram o que tanto nos custou conseguir, mas nós, homens mais jovens, decidimos lutar e recuperar o veículo e o dinheiro tirados." O capital economizado permitiu à cooperativa comprar seu caminhão, abrir um posto de vendas e fazer novos investimentos.

As deficiências da *Cooperativa San Juan de Ojojona* espelham a imagem da força de Villa Santa. Os membros espalhados entre diversas comunidades, a base ecológica já desgastada da área, a incapacidade de manter a produção ou de diversificar seus recursos tiram o atrativo da silvicultura, além do fato de a liderança ter solapado a capacidade de conseguir sólido consenso a respeito dos direitos de posse e de utilizar essas reivindicações com eficiência para reduzir a invasão de estranhos.

A literatura sobre propriedade comum gira constantemente sobre este tema: a ruptura da tomada de decisão em grupo é a causa principal dos regimes de propriedade comum passarem ao acesso aberto e à exploração excessiva. As organizações de florestas comunitárias devem ser suficientemente fortes para excluir pessoas de fora. O aparente fracasso em San Juan não deve obscurecer o raio de esperança que um dia poderá ser solapado se não for deixado de lado pelas entidades externas. Cinco novas cooperativas uniram-se à FEHCAFOR em 1990, elevando o número de membros de 2 700 para 3 145. Isso sugere, apesar do conflito ainda não solucionado que põe em perigo o que resta da propriedade comum, que os extratores de resina compreendem a necessidade de unir-se a certo ponto para reduzir o custo de transporte, vender os produtos de forma competitiva e obter apoio externo.

Para essa visão se tornar realidade e uma força que proteja a propriedade comunitária, é vital fortalecer a coerência institucional e a capacidade de tomar decisões. Uma doação de US$249 000 da Fundação Interamericana à FEHCAFOR em 1986 proporcionou recursos para reforçar tanto a federação como suas cooperativas membros. Criou-se um fundo de empréstimos rotativo para que as cooperativas membros pudessem financiar esforços de diversificação de produção e aumentar a colheita. O estabelecimento de tais fundos é crucial, uma vez que poucas comunidades rurais de Honduras dispõem de fontes de crédito informal, muito menos de banco. Comprou-se também equipamento de combate a incêndio, que ajudou a apagar dois incêndios em Ojojona e outro em Protección só em 1989. A FEHCAFOR, o *Instituto de Formación Cooperativa* e a CHC ofereceram programas de formação de liderança e assistência técnica para melhorar a administração, contabilidade e capacidade de produção.

Hoje, Rosalio Espinal, que ajudou a revitalizar Villa Santa, é o presidente da FEHCAFOR, a qual passou ela própria por um processo de renascimento. Destroçada por abusos de líderes no fim da década de 70, renasceu quando a confederação nacional de cooperativas decidiu que se necessitava de uma organização matriz para facilitar o transporte aos mercados e negociar preços mais altos para os extratores de resina. Desde 1984, seu tamanho triplicou, atingindo 48 filiados que representam mais da metade dos 6 000 extratores de resina do país e são responsáveis por quase 70% da produção.

Espinal está satisfeito pelo fato de que, desde o ressurgimento da FEHCAFOR, os preços da resina pagos aos extratores mais do que triplicaram. No entanto, também está ciente de que, com base em sua experiência em Villa Santa, a diversificação do mercado é fundamental. Esforços da COHDEFOR no sentido de administrar sua própria instalação de processamento, a fim de competir com as três grandes empresas, fracassaram em meados da década de 80, de forma que, para a federação, agora poderia ser um passo demasiadamente ambicioso. Entretanto, há planos para construir um grande depósito e instalação de filtragem da resina, que poderia então ser exportada a processadores nos Estados Unidos e na Europa.

Até se fazer um estudo em profundidade da viabilidade econômica, social e política de tal empreendimento, há outros sinais, provenientes de cooperativas locais, que indicam novas oportunidades e um perigo ameaçador. Ao se criar o fundo de empréstimos rotativo para diversificar as atividades de produção, muitos grupos preferiram evitar a diversificação florestal e intensificar a produção de cereais, plantar café ou iniciar projetos de criação de pequenos animais. Em certo sentido, isso reflete as condições incertas do mercado da resina e os mercados promissores de outros cultivos que estão sendo abertos pelas ONG, como os *World Neighbors* em Guinope, onde os agricultores conseguiram aumentar quatro vezes sua produção de milho e feijão nos últimos cinco anos por meio do intercultivo, conservação do solo e fertilizantes orgânicos. Como os extratores de resina também são agricultores, é apenas natural canalizar investimentos para se obter o máximo rendimento.

Entretanto, pode também indicar uma apreensão crescente com relação ao que ocorre na própria floresta. Freqüentemente as árvores são consideradas "presente de Deus", as quais voltarão a crescer normalmente para proporcionar resina, lenha, postes para cercas, ração animal, sombra e material de construção. É ainda raro pensar nas árvores como fonte de água ou, como diz um programa da rádio nacional, "os pulmões do país". No entanto, os agricultores de Villa Santa e Ojojona começaram a queixar-se de que a pluviosidade tem diminuído acentuadamente nos últimos 20 anos e que o solo está "cansado". Embora o ciclo da resina dure de 20 a 40 anos, os agricultores não podem deixar de perceber que das 500 a 1 000 árvores atualmente em produção, somente de 100 a 200 árvores novas estão crescendo naturalmente para substituí-las.

A fim de evitar declínio a longo prazo, os membros da comunidade florestal devem ter acesso ao treinamento em reflorestação e na forma de integrar a gestão agrícola e florestal com vistas à sustentabilidade. Esforços de agricultor a agricultor, como os que levaram os membros da cooperativa a substituir baldes de plásticos

por latas de metal reciclável ou experiências em San Juan de Ojojona que demonstraram que o método de balde-canal pode ser tão produtivo sem utilizar ácido sulfúrico, sugerem que há possibilidade de inovação no nível local. A questão é saber como aplicá-lo. Não há um programa eficiente, abrangendo toda a cooperativa, para compartilhar o que se está aprendendo em cada cooperativa e os técnicos da COHDEFOR raramente visitam o campo e ainda não formularam uma campanha educacional destinada a aumentar a disponibilidade da tecnologia de balde-canal.

A experiência da *Cooperativa Villa Santa* apresenta a promessa do que se pode fazer. Resta saber o que se fará. Muitos países em desenvolvimento, como Honduras, ainda têm cobertura florestal valiosa e grupos comunitários para uma gestão bem sucedida de recursos naturais. Resta saber se os governos e os doadores internacionais estão dispostos a apoiar direitos de posse plenos e seguros para esses grupos, bem como a prudência de estruturar incentivos de mercado que tornem seus negócios economicamente viáveis. Em caso positivo, as pessoas carentes da zona rural terão a oportunidade de melhorar seu nível de vida, garantindo ao mesmo tempo o seu futuro e o nosso próprio.

DENISE STANLEY *é candidata ao doutorado em agricultura e economia de recursos naturais na* University of Wisconsin-Madison. *Fez pesquisas sobre as cooperativas de extração de resina de Honduras como parte de uma análise geral de projetos de ecodesenvolvimento da Fundação Interamericana. Trabalhou anteriormente em Honduras e na República Dominicana com duas organizações privadas de desenvolvimento em planejamento de projetos rurais e avaliação de crédito.*

NOTAS DE REFERÊNCIA

Bromley, Daniel. 1989. *Property Relations and Economic Development: The Other Land Reform. World Development:* 17: 867-77.

Braugh, H. 1991. *A New Lay of the Land. Worldwatch*, janeiro-fevereiro de 1991.

Chambers, Robert, *et al.* 1989. *Farmer First: Farmer Innovation and Agricultural Research.* Londres: Intermediate Technology Development Group.

Ciriacy-Wantrup, S. V. e Richard Bishop. 1975. *Common Property as a Concept in Natural Resources Policy. Natural Resources Journal*, 15: 713-27.

Demsetz, Harold. 1967. *Toward a Theory of Property Rights. American Economic Review* 57: 347-359.

Fortmann and Ridell em Raintree *et al.*, 1987. *Land, Trees, and Tenure: Proceedings of an International Workshop on Tenure Issues in Agroforestry.* Nairobi, Quênia, e Madison, Wisconsin: ICRAF and the Land Tenure Center.

Hardin, Garrett. 1968. *The Tragedy of the Commons, Science* 162: 1242-48.

Hecht, S. e S. Schwartzmann. 1989. *The Good, the Bad, and the Ugly: Amazonian Extraction, Colonist Expansion, and Livestock in Comparative Perspective.* Trabalho para a Faculdade de Arquitetura e Planejamento Urbano da UCLA.

Love, Thomas. 1989. *The Political Ecology of Green Movements in Western Amazonia: Applying the Extractive Reserve Concept in SE Peru.* Trabalho preparado para o XXIV Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos. Miami, Florida.

Murray, Gerald, em D. Brinkerhoff e J. Zamor. 1986. *Politics, Projects and People in Haiti.* New York: Praeger.

Nations, J. e D. Komer. 1983. *Central America's Tropical Rainforests: Positive Steps for Survival. Ambio* 12:5.

Netting, R. 1976. *What Alpine Peasants Have in Common: Observations on Communal Tenure in a Swiss Village. Human Ecology* 4: 135-46.

Panayotou, Theodore. 1989. *The Economics of Environmental Degradation: Problems, Causes and Responses.* Cambridge, Massachusetts: Harvard Institute for International Development.

Rodríguez, J. 1988. *Estudio sobre la Comercialización de Trementina y sus Derivados.* Relatório do consultor da FEHCAFOR-IFICOOP.

SECPLAN-DESFIL-USAID. 1989. *Honduras Environmental Profile.* Tegucigalpa, Honduras.

Swallow, B. 1990. *Strategies and Tenure in African Livestock Development.* Trabalho Nº 140 para o Land Tenure Center. Madison, Wisconsin.

A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a realizar-se em 1992, deverá negociar um conjunto de questões não expressas

LEVANDO O MUNDO AO RIO

Barbara Annis

UM CARTAZ do lado de fora da Globalwarming, nova boate de Amsterdam, Holanda, diz o seguinte: "O Governo dos Estados Unidos afirma que se precisa de mais estudo, o Governo holandês teme que inundará o país, os países do Terceiro Mundo não se podem dar ao luxo de fazer alguma coisa e todo mundo fala sobre o assunto."

De fato, todos falam de um ou outro aspecto da crise global a ser destacado na maior conferência internacional jamais realizada sobre qualquer tema: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). O mandato da conferência, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 1992, é tão abrangente que praticamente nenhum grupo, seja qual for sua missão, terá de ampliar seu alcance operacional (como, por exemplo, fizeram as organizações sanitárias para a conferência da ONU de 1990 que promovia "alfabetização para todos") para enquadrar-se no âmbito da UNCED.

Comércio, educação ambiental, emergências do meio ambiente, transferência de tecnologia, bem como financiamento e reestruturação de sistemas internacionais para enfrentar os desafios ambientais figuram entre os temas "fundamentais" oficialmente constantes da agenda da conferência. Promete-se também um exame em profundidade da proteção da atmosfera; energia; mudança climática; camada de ozônio; poluição do ar; proteção da qualidade e abastecimento de água potável; proteção dos mares e oceanos e desenvolvimento de seus recursos; proteção e gestão de recursos do solo, inclusive formas de contrabalançar ou impedir o desmatamento, a desertificação e a seca; conservação da diversidade biológica; gestão da biotecnologia; controle de resíduos e toxinas e prevenção de despejo e descarte ilícitos; melhoramento do ambiente de vida e de trabalho; desenvolvimento urbano e rural ecologicamente seguro; e salvaguarda e melhoramento da saúde humana e da qualidade de vida.

Haveria alguém não afetado por um desses temas? Grupos cívicos, organizações sem fins lucrativos e órgãos públicos unirão forças para influenciar a direção final da conferência. Alguns crêem que, quando todos finalmente se reunirem no Rio, a única tarefa restante será negociar o teor do documento final que expressa um consenso pré-acordado.

Portanto, a preparação da conferência está em andamento numa série de mesas-redondas regionais, tratando temas como indígenas americanos e condições de vida e de trabalho de pessoas carentes, bem como aspectos mais técnicos referentes à proteção ambiental. Essas mesas-redondas anteriores à conferência têm por objetivo preparar "relatórios nacionais" a serem apresentados no Rio.

Entretanto, também há indícios de que, apesar de um sentido comum de urgência, chegar a um consenso não será fácil. As organizações estão descobrindo que a preparação da conferência requer mais do que produzir um folheto com um bom visual ou um vídeo atraente para ilustrar um projeto favorito. Muitos grupos, de fato, estão passando por uma crise de identidade. O próprio alcance da UNCED — o que muitos consideram como virtude principal — é para outros seu principal defeito. As organizações vêem-se forçadas a tomar decisões de política e assumir uma atitude sobre questões que abrangem áreas de especialização ou levantam controvérsias que sempre procuraram evitar.

Alguns grupos contrataram pessoal adicional e estão praticamente trabalhando sem interrupção para enfrentar o desafio de definir a capacidade institucional e identificar o que de fato esperam seja realizado pela Conferência do Rio.

Outros parecem paralisados. Uma pessoa, que pediu anonimato, descreveu o que a sua grande organização ambiental, com sede em Washington, D. C., estava fazendo para preparar-se para a UNCED nas seguintes

palavras: "absolutamente nada". Ela lamentou então a profunda ansiedade que levava seu grupo a fingir de "avestruz", adiando uma decisão inevitável por meio da recusa a tratar do assunto enquanto fosse possível.

Uma das razões da ansiedade tem caráter tático. Muitas organizações ambientais com sede na cidade de Washington e em todo o mundo têm vivido muito bem há anos, deixando abertamente de lado questões políticas e normativas. Cultivam imagens biopartidárias ou apolíticas, a fim de conseguir amplo apoio financeiro do público.

Embora a maioria dos grupos identifique a si mesmo e a seus colegas do ramo ambiental no espectro político da direita para a esquerda, por via de regra envolve-se ele próprio no manto protetor da Natureza.

A UNCED está agora obrigando os grupos a relacionar suas posições ambientais às questões de desenvolvimento, como eqüidade econômica, no processo de pôr em questão alianças informais de conveniência política. Por exemplo, alguns grupos ambientalistas dos Estados Unidos, que criticam projetos do Banco Mundial que ameaçam danificar o meio ambiente, vêm trabalhando com senadores dos EUA — que também não gostam do Banco Mundial e de sua forma de assistência externa — para reduzir os fundos do Banco.

Essas tentativas não surtiram efeito e, ironicamente, ajudaram a orientar o Banco para um papel de intermediário no enfrentamento do desafio ambiental global. Em 1990, o Banco Mundial criou o Mecanismo Ambiental Global (MAG) para apoiar projetos nos países em desenvolvimento que reduziram o aquecimento global, protegeram águas internacionais e impediram o desgaste ulterior da camada de ozônio do planeta.

O MAG é um fundo trienal de US$1,5 bilhão. Já foram identificados 15 projetos de proteção ao meio ambiente, a um custo estimado de US$214 milhões, e 11 propostas de assistência técnica no total de US$59 milhões, que deverão ser implementados nos meados de 1991. Entre as entidades participantes figuram não somente o Banco mas o Programa de Desenvolvimento (PNUD) e o Programa do Meio Ambiente (UNEP) das Nações Unidas. Incentiva-se as organizações não-governamentais (ONG) a formular e executar projetos individuais e no final deste ano será criado um mecanismo especial para pequenos subsídios às ONG para esse fim.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também já começou a mudar suas prioridades. Por exemplo, adotou recentemente importante política de silvicultura para ajudar os países membros a utilizar e conservar recursos florestais de forma a equilibrar benefícios ambientais, econômicos e sociais. A tendência a aumentar dramaticamente o apoio à proteção ambiental e à utilização racional sustentada de recursos naturais é conseqüência de esforços iniciados em 1982 para proteger os habitantes da floresta e promover a criação de indústrias florestais sustentáveis. O BID também aumentou seu apoio aos esforços de conservação por meio da criação de parques nacionais e de outras reservas protegidas.

Embora a tendência da política das grandes instituições multilaterais de desenvolvimento e dos governos os incline para posições estabelecidas pelas principais ONG, ainda não falam com voz única e estão longe da harmonia necessária para produzir um consenso no Rio. Alguns grupos, de fato, não têm esperança alguma de conseguir unanimidade e estão planejando uma conferência alternativa para preparar um documento mais centralizado nos direitos humanos e na eqüidade. De fato, alguns peritos crêem que os problemas ambientais, para serem solucionados, requerem um pensamento social inovador.

M. E. Peñón de Cotter, da *Fundación Arias*, da Costa Rica, recentemente afirmou a especialistas em desenvolvimento, reunidos na 20ª Conferência Mundial da *Society for International Development*, que "a tradicional discriminação contra a mulher produziu práticas culturais que reforçam a sua exclusão em todos os níveis". Ao procurar analisar o vínculo entre conceitos sobre a mulher, população e gestão de recursos naturais, diz ela, é evidente que a mulher é a "chave" para encontrar a relação entre população e gestão de recursos naturais. Propôs um "novo conceito de desenvolvimento" que incorpora os direitos da mulher e a participação numa estratégia central.

Peñón e muitos outros que se preparam para o Rio vêem a clara necessidade de uma participação ativa da mulher e de outros grupos marginalizados no enfrentamento da crise ambiental. A população do mundo aumenta quase 95 milhões de habitantes por ano — mais do que qualquer outra época da história, de acordo com Carl Haub, Diretor de Informação e Educação do *Population Reference Bureau* de Washington. As expectativas tradicionais afirmam que o crescimento econômico controla o crescimento populacional, porém já não é mais certo que a base de recursos do planeta possa sustentar estratégias macroeconômicas do passado, muito menos intensificá-las no futuro. E se as populações marginalizadas forem forçadas a consumir seu próprio patrimônio mediante a adoção de estratégias de sobrevivência que esgotem os frágeis ecossistemas que

freqüentemente habitam, as perdas talvez não se limitem a seus filhos, mas se estendam aos filhos de todos os habitantes do mundo.

Dar à mulher, às populações indígenas e às pessoas de baixa renda uma oportunidade de expressão e participação no desenvolvimento local sustentável pode ser crucial, mas quem falará por eles na conferência oficial no Rio? Não estão bem representados por órgãos públicos nem por doadores multilaterais e muitas organizações ambientais, conforme indicado anteriormente, concentraram-se simplesmente na conservação em vez de lidar com essas bombas políticas.

Igualmente problemático para certos grupos é o grau de defesa desses temas, geralmente associados com o lado Sul da questão ambiental. Se o Sul não se puder dar ao luxo de adotar tecnologias mais limpas, poder-se-á esperar que sacrifique o desenvolvimento?

Esta brecha social nos temas mais técnicos implica questões problemáticas para a UNCED resolver. Por exemplo, James McKenzie, no artigo para o *World Resources Institute* intitulado *"Issues and Ideas" Toward a Sustainable Energy Future: The Critical Role of Rational Energy Pricing* ("Questões e idéias para um futuro energético sustentável: o papel vital do preço racional da energia), propõe uma mudança nos padrões de consumo de energia industrial como medida para tratar da mudança climática.

Para ele, o uso crescente de energia aumenta os gases da estufa, "levando inexoravelmente a mudanças a longo prazo, talvez até mesmo irreversíveis, no clima do planeta . . ."

McKenzie crê que o uso da energia é o fio comum entre a lista de ameaças perigosas e afirma que somente políticas energéticas de longo alcance poderão reduzi-las. No entanto, a dor econômica desse processo incentiva a estratégia de "avestruz" nos países industrializados e em desenvolvimento, uma vez que o perigo, apesar de sua magnitude, é iminente mas não imediato. Portanto, a Estratégia Energética Nacional dos Estados Unidos (NES), anunciada em fevereiro de 1991, após 18 meses de trabalho por parte do Departamento de Energia e de outros órgãos federais, criticou alguns dos estudos científicos que justificavam as conclusões de McKenzie e de outros e recomendou mais pesquisas.

Anthony Churchill, Diretor do Departamento de Indústria e Energia do Banco Mundial, e Robert Saunders, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Energético do mesmo Banco, concordam. Dizem eles: "Face a uma grande incerteza científica a respeito deste tema muito discutido [aquecimento global], os países em desenvolvimento devem adotar as opções energéticas que façam bom sentido do ponto de vista tanto econômico como ambiental."

Porém, o que constitui bom sentido econômico e ambiental? Sandra Postel, do *World Watch Institute*, afirma: "A solução de muitos problemas ambientais pode ser encontrada onde começam — na política fiscal pública. Ao reformularmos impostos e subsídios, poderemos orientar a economia para a sustentabilidade." Infelizmente, acrescenta ela, "os responsáveis pela política pública freqüentemente são cegos para o preço ecológico de seus empreendimentos".

A multiplicidade dessas questões pesa sobre os recursos e capacidade técnica das organizações ambientais. O caminho para o Rio está danificado por buracos que os diretores inteligentes procuram evitar sem sacrificar a máxima participação de seu grupo. Apesar da dificuldade da tarefa, é evidente entre os diversos grupos que se preparam para a UNCED a conscientização crescente de que a economia global e o ecossistema mundial estão interligados e que a conservação e o desenvolvimento são duas faces da mesma moeda. As necessidades e as aspirações do presente devem ser atendidas sem comprometer a capacidade de atender as do futuro.

BARBARA ANNIS *é editora do* Latin American Index, *boletim bi-semanal publicado em Washington, D. C. pela* Welt Publishing. *É também correspondente de diversas outras publicações internacionais sobre questões econômicas e de desenvolvimento relacionadas com a América Latina.*

FORUM

Crescimento sustentável: uma incongruência

Herman E. Daly

As declarações de impossibilidade são o próprio fundamento da ciência. É impossível: viajar mais rápido do que a velocidade da luz; criar ou destruir a matéria-energia; criar uma máquina de moção perpétua, e assim por diante. Ao respeitarmos os teoremas da impossibilidade evitamos o desperdício de recursos em projetos que estão fadados ao fracasso. Portanto, os economistas devem estar muito interessados em teoremas da impossibilidade, especialmente um a ser aqui demonstrado, a saber, é impossível que a economia mundial cresça o suficiente para solucionar os problemas da pobreza e do desgaste ambiental. Com outras palavras, o crescimento sustentável é impossível.

Em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, que é finito, sem crescimento e materialmente fechado. O subsistema econômico, ao crescer, incorpora em si mesmo uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve atingir um limite de 100% ou talvez até antes. Portanto, seu crescimento não é sustentável. O termo "crescimento sustentável", quando aplicado à economia, é um mau paradoxo: autocontraditório como prosa e inexpressivo como poesia.

Os economistas queixar-se-ão de que o crescimento do produto nacional bruto é uma mescla de aumentos quantitativos e qualitativos e, portanto, não estritamente sujeito às leis físicas. Têm certa razão. Precisamente porque a mudança quantitativa e a qualitativa são muito diferentes, é melhor mantê-las separadas e chamá-las por nomes diferentes já constantes do dicionário. *Crescer* significa "aumentar naturalmente de tamanho pela adição de material por meio da assimilação ou acréscimo." *Desenvolver* significa "expandir ou realizar as potencialidades; levar gradualmente a um estado mais pleno, maior ou melhor." Quando alguma coisa cresce, torna-se maior. Quando se desenvolve, torna-se diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se (sofre evolução), mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve eventualmente parar de crescer, mas pode continuar a desenvolver-se. O termo "desenvolvimento sustentável", portanto, faz sentido para a economia, mas unicamente se entendido como "desenvolvimento sem crescimento" — ou seja, melhoramento qualitativo de uma base econômica física mantida em estado estável por um fluxo de matéria-energia que não ultrapasse as capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema. Atualmente, "desenvolvimento sustentável" é usado erroneamente como sinônimo de "crescimento sustentável". Deve-se evitar essa confusão.

Politicamente, é muito difícil admitir que o crescimento, com suas conotações quase religiosas de bondade definitiva, deve ser limitado. Mas é precisamente a não-sustentabilidade do crescimento que imprime urgência ao conceito de desenvolvimento sustentável. A terra não tolerará a duplicação de nem mesmo um grão de trigo 64 vezes, no entanto nos dois últimos séculos vimos desenvolvendo uma cultura cuja estabilidade econômica depende do crescimento exponencial. O desenvolvimento sustentável é adaptação feita pela sociedade ao tomar consciência da necessidade emergente de não-crescimento. Nem mesmo o "crescimento verde" é sustentável. Há limite para a população de árvores que a terra pode suportar, como há limite para as populações humanas e de automóveis. Iludir-nos na crença de que o crescimento é ainda possível e desejável se simplesmente o rotularmos de "sustentável" ou o pintarmos de "verde" apenas retardará a transição inevitável e torná-la-á mais penosa.

HERMAN E. DALY *é economista principal do Departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial. As opiniões aqui apresentadas são do autor e não devem ser , de modo algum, atribuídas ao Banco Mundial nem à Fundação Interamericana.*
Este artigo é reproduzido com permissão da revista ORION.

A MARCHA DO DESENVOLVIMENTO

A CULTURA ANDINA CHEGA A WASHINGTON

De 28 de junho a 7 de julho de 1991, o folclore nativo andino foi mostrado com cores vivas no 25º Festival Anual de Folclore Americano, da *Smithsonian Institution*, realizado no *National Mall* em Washington, D. C. Quatro organizações que representam as diversas tradições culturais do Peru, Bolívia e Equador uniram-se a grupos do Alasca, México e floresta tropical amazônica como parte do programa do festival.

A Fundação Interamericana patrocinou 14 grupos indígenas de comunidades do altiplano boliviano de Tiahuanaco e Jalq'a, juntamente com oito moradores da ilha de Taquile, no Lago Titicaca no Peru. Também participou, representando a cultura dos vales andinos, a *Federación de Centros Shuar*, da floresta amazônica do Equador. Os grupos ofereceram aos espectadores um panorama da riqueza do folclore andino, inclusive técnicas agrícolas tradicionais, produção de têxteis, artesanato, alimentos, danças, música e rituais.

As exposições visavam a incentivar a visita a uma comunidade andina. Tecelões de Jalq'a e Taquileño demonstraram a fabricação de diversos têxteis. Os participantes de Tiahuanaco mostraram uma réplica de *Suka Kollus* — leitos agrícolas elevados da época pré-colombiana — que produzem safras sustentáveis de cultivos inter-relacionados, apesar da adversidade climática. Estas e outras técnicas de produção foram apresentadas como exemplos de forma de coexistência de sistemas tradicionais com o meio ambiente.

O "museu sem paredes" da *Smithsonian* criou um ambiente educacional aberto. Os participantes dos quatro grupos compartilharam sua música e danças cerimoniais e convidaram os espectadores a tomar parte. Os tecelões explicaram como eram feitos os teares e os fios tecidos e abriram uma janela em sua cultura ao decifrar os símbolos complexos dos desenhos dos tecidos.

Ao mesmo tempo, os participantes andinos estavam ávidos por conhecer melhor a sociedade norte-americana e outras exposições do *Mall*. O antropólogo Gabriel Martínez expressou a admiração dos tecelões de Jalq'a no Museu de História Natural da *Smithsonian*, especialmente diante do dinossauro. "O pessoal de Jalq'a estava impressionado", diz ele e planeja utilizar figuras de dinossauro numa nova linha de têxteis.

Houve também intercâmbios importantes entre outros participantes do festival. Alejandro Flores, de Taquile, ficou cativado pela técnica dos construtores de navios indonésios, que fabricavam embarcações graciosas e sólidas sem pregos. Os indonésios e os taquilenhos utilizaram intérpretes e desenharam diagramas para intercambiar idéias sobre construção de embarcações e pesca, bem como sobre o papel semelhante de ambos na respectiva cultura. Os indonésios ficaram especialmente intrigados com a capacidade organizacional dos peruanos e expressaram interesse em um dia visitar o Lago Titicaca para aprofundar o intercâmbio.

Os apresentadores — inclusive Gabriel Martínez que trabalhava com o povo de Jalq'a, os arqueólogos Oswaldo Rivera e Alan Kolata que trabalhavam com os Tiahuanacos, a antropóloga Elayne Zorn com os taquilenhos e Kevin Healy, representante da Fundação Interamericana — atuaram como mediadores entre visitantes e participantes do festival. Serviram de intérpretes e orientaram os grupos de estudo sobre produção de têxteis, agricultura, fabricação de instrumentos e construção de pedra e sapê que visavam a mostrar como o respeito pela tradição era crucial para o êxito dos projetos de desenvolvimento.

Dois eventos destacaram a chegada da cultura andina a Washington. O primeiro foi a tradicional saudação, feita nas cerimônias de abertura do festival pelos participantes Shuar do Equador. A Embaixada da Bolívia ofereceu uma recepção no Centro S. Dillon Ripley, da *Smithsonian*, para comemorar a participação de Jalq'a e Tiahuanaco no festival, bem como inaugurar a exposição especial do museu de têxteis e vestimentas tradicionais de Jalq'a. Participaram dos dois eventos autoridades do Governo dos Estados Unidos, inclusive os Senadores Paul Simon e Tom Harkin e Edward Madigan, Secretário da Agricultura; dignitários internacionais, como Jorge Crespo Velasco, Embaixador da Bolívia nos EUA, e Embaixador Bill K. Perrin, Presidente da Fundação Interamericana, além de eruditos andinos de renome, como o etno-historiador John

Murra. Em meio às festividades, o centro de atenções concentrou-se sem cessar sobre os participantes de Taquile, Tiahuanaco, Jalq'a e Shuar, ressaltando seus talentos, criatividade e compromisso de usar sua cultura como instrumento efetivo de desenvolvimento.

— *Steve Herman*

PLANTANDO AS SEMENTES DA AMIZADE EM OAXACA

Há muitos séculos as civilizações vêm derrubando as florestas do Vale de Oaxaca para construir cidades e servir de lenha para o fogo. Grande parte da madeira já desapareceu e os rios dos vales estão manchados com a terra escorrida que levam para o mar.

Um esforço de colaboração para reverter o prejuízo ambiental no vale começou quando 50 membros da organização *Neighbors Abroad*, de Palo Alto, Califórnia, visitaram a cidade de Oaxaca para comemorar o 25º aniversário do relacionamento de cidade irmã. Levadas por um interesse comum na ecologia do vale, as cidades estabeleceram duas metas: restaurar as florestas de pinheiros *ocote* da área plantando 250 000 árvores até o ano 2 000 e promover a conscientização ecológica para preservar a qualidade do ar, água e solo.

O *Patronato de Ecología del Estado de Oaxaca* foi organizado para implementar esse programa. Como primeiro local de reflorestação, escolheu as encostas do *Cerro del Fortín*, não muito distante do lugar em que a estátua de Benito Juárez tem uma vista panorâmica da cidade.

Respondendo a um pedido de colaboração técnica, Palo Alto enviou uma arquiteta paisagista/ecóloga. Ela e seus colegas de Oaxaca avaliaram o acesso à água, a orientação da encosta e a profundidade do solo. Examinaram juntos o melhor tamanho e espaçamento dos buracos para plantar.

Na primavera seguinte, escolares com sementes formaram uma parada para celebrar o início do projeto de reflorestação e as primeiras árvores da encosta foram plantadas em junho de 1990. Os parceiros do projeto instalaram então um sistema de irrigação por gotejamento para regar os pinheiros na época da seca e plantaram arbustos e carvalhos nativos para reter a umidade e combater a erosão.

Os apoiadores do projeto em Oaxaca e Palo Alto atraíram ajuda de diversos doadores: lugar e mão-de-obra da câmara municipal de Oaxaca; 1 000 mudas de pinheiros do Governo mexicano: escavadoras e brocas manuais para suporte de árvores da câmara municipal de Palo Alto; equipamento de irrigação por gotejamento e passagens aéreas de empresas de Palo Alto; e uma doação do programa de assistência técnica da *Sister Cities International*. Embora tal assistência seja vital para o projeto, o catalisador principal tem sido o espírito crescente de amizade e respeito entre os cidadãos de ambas as cidades que promete tornar novamente verde o Vale de Oaxaca para as gerações futuras.

— *Peter Loan*

O PEQUENO É LINDO

Quando E. F. Schumacher, fundador do *Intermediate Technology Development Group* (ITDG), perguntou a si mesmo qual seria a melhor tecnologia para as populações pobres da Ásia, América Latina ou África, respondeu provisoriamente: deve ser mais inteligente, eficiente e científica do que as tecnologias tradicionais que mantêm as pessoas em situação de pobreza, mas ao mesmo tempo mais simples, mais barata e mais fácil de manter do que os sistemas altamente sofisticados do Ocidente industrializado. A resposta era inventar algo intermediário, uma tecnologia meio termo entre o que estava disponível.

Esta teoria fez surgir o ITDG, que em 1991 celebrou duas décadas e meia de ajuda às populações pobres da zona rural na aquisição de instrumentos e aptidões necessários para sair da pobreza.

Um exame do seu legado de promoção da tecnologia apropriada em mais de 60 países comprova que o grupo tem muito de que se orgulhar. Dos objetivos iniciais rabiscados no verso de um envelope, o ITDG conquistou reconhecimento internacional. Nos últimos 25 anos, o quadro de pessoal da *Intermediate Technology* passou de 5 para 200. Tem escritórios em seis países: Quênia, Zimbábue, Sudão, Bangladesh, Sri Lanka e Peru. O ITDG também tem consultores em todo o mundo e contatos em mais de 50 organizações de desenvolvimento. O conhecimento técnico é captado numa lista ampla e diversificada de publicações sobre tecnologia apropriada, muitas delas gratuitas.

De acordo com as informações prestadas por um de seus funcionários, a capacidade do ITDG de compilar e canalizar informação é uma de suas contribuições mais importantes para o desenvolvimento. A chave para um impacto maior nos próximos 25 anos está em ouvir o que os países do Terceiro Mundo crêem que são seus problemas, não o que os países industrializados pensam desses problemas. O ITDG tenciona continuar a dar às pessoas carentes participação nas decisões sobre seu futuro e uma plataforma para articular seu "ângulo" sobre as crises da dívida e do meio ambiente.

Para assinalar o 25º aniversário, encomendou-se uma publicação especial para traçar a história do desenvolvimento: *Mastering the Machine: Poverty, Aid and Technology*, de Ian Smillie, examina o "fator tecnologia" no desenvolvimento do Terceiro Mundo e avalia o que se aprendeu sobre tecnologia apropriada. Esse livro, publicado em outubro, sugere como tipos diferentes de entidades, desde doadores multilaterais a ONG locais, podem combater mais eficientemente a pobreza e incentivar a produção.

— *Maria Lang*

ONG BRASILEIRAS CHEGAM À MATURIDADE

Após uma década de crescimento fenomenal, as organizações não-governamentais (ONG) do Brasil estão agora demonstrando a maturidade necessária para consolidar seu papel chave no desenvolvimento comunitário e na defesa dos interesses cívicos. Evidenciou-se isto claramente na Primeira Reunião Internacional das ONG e das Entidades do Sistema da ONU, organizada por nove ONG brasileiras de destaque e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Essa conferência, realizada de 6 a 9 de agosto de 1991, reuniu representantes de mais de 160 ONG brasileiras, 40 doadores internacionais e 35 ONG da América Latina, Ásia e Europa. Ressaltou o significado do evento a presença da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), até agora o contato mais abrangente entre a comunidade das ONG e o órgão brasileiro responsável pela promoção e monitoração da ajuda internacional para o desenvolvimento.

Uma série de pensadores e profissionais experientes em desenvolvimento usou da palavra durante a conferência de quatro dias. O ponto de união de suas apresentações era o vínculo entre democracia e desenvolvimento. Orador após orador destacou os custos crescentes, humanos e ambientais, dos modelos tradicionais de macrodesenvolvimento e reiterou a necessidade de maior eqüidade e participação. Francisco Weffort, cientista político de renome, acolheu o impulso de liberdade na América Latina, mas advertiu que os governos civis confrontam paradoxalmente uma "crise de governabilidade" cada vez mais profunda que ameaça o próprio âmago da sociedade democrática.

Alan Wolfe, decano da *New School for Social Research*, de New York, argumentou que nem o Estado nem os mercados podem solucionar todos os dilemas do desenvolvimento. Propôs a formação de sociedades civis sólidas, formadas sobre a base da família, comunidade e organizações de base autônomas como caminho para o desenvolvimento sustentável.

Outros ampliaram essa visão, dizendo que os novos paradigmas do desenvolvimento dependem de esforços concertados das sociedades civis do Norte e do Sul. Conforme declara o documento final da conferência, a perspectiva dessa mudança reside na "capacidade da 'sociedade civil planetária' de participar do debate para definir o curso da cooperação para o desenvolvimento."

A conferência foi um marco para as ONG brasileiras, expondo muitas, pela primeira vez, a questões de desenvolvimento global e oferecendo-lhes uma plataforma para levar entidades, como o PNUD, a participar de discussões abertas sobre políticas e práticas específicas. A reunião também incentivou contatos entre as ONG, lançando os alicerces para iniciativas de concatenação, potencialmente significativas, Sul-Sul e Sul-Norte.

Ao patrocinarem a conferência, as ONG brasileiras demonstraram que atingiram a maturidade como atores sociais que não apenas prestam serviços essenciais a organizações de apoio de base, mas que são catalisadores cada vez mais importantes da democratização da respectiva sociedade nacional. Conforme declarou o sociólogo Herbert de Souza, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais: "As ONG são micro-organismos na criação de novos processos democráticos. São laboratórios para o futuro, as sementes das quais poderá um dia crescer a utopia democrática."

— *John Garrison*

NOTÍCIAS DA SEDE

Um roteiro comunitário para soluções ambientais

Carol Ann Craig

Com a última produção quase pronta para exibição, a Série de Vídeos de Desenvolvimento de Base está ampliando seu enfoque para identificar como grupos locais, que atendem a necessidades locais, podem, como peças de um quebra-cabeças, oferecer indícios para a solução de problemas comuns complexos. Os três primeiros vídeos — *The Women's Construction Collective of Jamaica*, *A Cooperative Without Borders: The First Step* e *Alpacas: An Andean Gamble* — contaram a história de projetos singularmente imaginativos. Aceitos com entusiasmo, conquistaram vários prêmios de cinematografia, mas os educadores queriam algo mais.

Por mais de um ano, o Escritório de Desenvolvimento Educacional da Fundação Interamericana conversou com professores e moderadores de grupos de discussão de todo o país para identificar tópicos de interesse. O problema que interessava à maioria era a ameaça ao meio ambiente, como afetava as pessoas de baixa renda e era por elas afetada. Professores, intelectuais e muitos grupos comunitários já estão familiarizados com a destruição da floresta tropical do Brasil e com o desmatamento em aceleração da América Central. Estudantes, instrutores e cidadãos sentem-se assoberbados pela enormidade do problema. O que falta e o que os educadores estão buscando é informação sobre a atuação das pessoas na linha de frente e como podem ajudar a reduzir o perigo.

Após examinar o trabalho de diversos cinematógrafos, o pessoal da Fundação escolheu John McGannon e Susu Wing, da firma *Intersection Associates*, para ajudar a contar essa história. As produções da *Intersection*, que abordaram diversas questões sociais na Europa, Estados Unidos, América Latina e ex-União Soviética — inclusive o documentário premiado em três partes *Elder Abuse and Family Neglect* — demonstram que os vídeos podem examinar em profundidade temas complexos, possibilitando às pessoas afetadas contar a própria história.

A troca de idéias com o pessoal de campo da Fundação Interamericana levou a equipe de pré-produção a Honduras, onde representantes articulados de uma rede ambiental bem organizada introduziram um conjunto de esforços locais para enfrentar problemas relacionados com o meio ambiente do país e da região. Organizações como a *Asociación Hondureña de Ecología*, *Amigos del Bosque y Campo*, *Instituto de Investigaciones Económicas* e *Água para el Pueblo* abriram a porta para visitas a projetos chave — alguns financiados pela Fundação, mas muitos não.

Um grupo produzia manuais de educação ambiental para escolares; outra fazia *lobby* para preservar o acesso das pessoas de baixa renda aos recursos naturais do Golfo de Fonseca; e ainda muitos outros usavam fazendas-modelo para adaptar tecnologias apropriadas para que os pequenos agricultores pudessem expandir a agricultura de subsistência. Um programa integrado em escala maior examinava como todos os aspectos do desenvolvimento rural — quer fosse o trabalho com jovens, lavoura ou construção de latrinas e moradias — estavam vinculados ao meio ambiente.

Os participantes de todos esses projetos já estavam cientes da necessidade de cuidar do seu meio ambiente. Sabem que a terra e seus recursos são o principal legado a seus filhos. No entanto, muitos sentem a pressão de consumir esse legado agora. Ironicamente, os programas de desenvolvimento econômico, desde pequenos fundos de crédito a grandes projetos de infra-estrutura e políticas de crescimento nacional, freqüentemente implicam custos ambientais que forçam as pessoas a tomar decisões angustiantes. Os programas de reforma agrária e colonização que oferecem mais terra, por exemplo, também incentivam ou requerem o uso intensivo, por parte dos agricultores, de produtos agroquímicos. Empregos na grandes fazendas de camarão têm boa aceitação entre os agricultores que necessitam de renda adicional, mas estes também sabem que as

propriedades agrícolas estão rapidamente esgotando os elos na cadeia de alimentos que, do contrário, alimentariam de forma constante sua família.

Após vários meses de planejamento sobre o modo de contar essa história, uma equipe de cinematógrafos voltou para filmar o que refletia os dilemas, engenhosidade e convicções das pessoas comuns que procuravam viver da terra sem destruí-la. A viagem anterior de exploração acostumara os moradores do local a serem entrevistados e filmados, permitindo à equipe trabalhar rápida e discretamente em cenários que iam de pequenas aldeias a escritórios de autoridades do governo. Pequenos agricultores em seus campos, engenheiros em barragens e representantes da indústria de camarão da capital expressaram as opiniões livre e naturalmente. Suas palavras foram mais cativantes e informativas que qualquer roteiro escrito para lerem. Compartilharam convicções, como desejam viver a vida e esperanças que abrigam para a família, comunidade e país.

Terminado o filme, McGannon e Wing começaram o trabalho laborioso de reduzir os 1 000 minutos e metragem crua num vídeo coerente de 30 a 40 minutos. Acrescentaram-se entrevistas com especialistas dos Estados Unidos não para oferecer assessoramento em política mas para servir de ponto de referência para os expectadores. A maioria dos peritos descreveu como o pensamento sobre desenvolvimento e meio ambiente está sendo transformado por esforços de pessoas como as que tinham sido entrevistadas em Honduras.

O método aberto e de colaboração de produção desse vídeo permitiu ao povo do local participar ativamente da elaboração do roteiro, dando a todos os participantes oportunidade de explicar suas ações e motivos. O resultado foi não apenas um tratamento equilibrado das questões, mas um sentido mais claro do que está em jogo quando medido pela vida das pessoas. Tanto promissor como realista, o vídeo permitirá às pessoas que vêm lutando no isolamento levar sua mensagem aos lares, escolas e centros comunitários de todo o hemisfério.

CAROL ANN CRAIG *é especialista em educação de desenvolvimento da Fundação Interamericana.*

BENEFICIÁRIOS DA FUNDAÇÃO INTERAMERICANA NAS NOTÍCIAS

El Espectador, de Bogotá, Colômbia, publicou a notícia de que John Mayr, Diretor da **Fundación Pro-Sierra Nevada de Santa Marta**, recebeu o Prêmio John Harriet Dunning de 1990 da *Nature Conservancy* pelo trabalho da Fundação em conservar as florestas da América do Sul. ● Um artigo publicado no *Weekly Latin American Report* afirma que Fernando Collor de Mello, Presidente do Brasil, lançou uma grande campanha para reduzir a taxa inusitadamente alta de assassínios de menores do país. O **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**, trabalhando com a Universidade de São Paulo, determinou que, de março a agosto de 1990, 457 menores foram assassinados em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. ● Vários grupos participantes do 25º Festival Anual de Folclore Americano, patrocinado pela *Smithsonian Institution*, foram mencionados pelo jornal boliviano *Presencia*. Entre eles figuravam tecelões de Jalq'a do grupo **Antropólogos del Sur Andino** da Bolívia, membros do **Comité de Turismo de Taquile** do Peru e os Shuar e Achuar da **Federación de Centros Shuar-Achuar** do Equador. ● Mariela Loaiza, Presidente da **Asociación de Trabajadoras del Hogar**, foi citada em *El Tiempo* de Bogotá, Colômbia, por seus esforços no sentido de "dignificar " a profissão de empregada doméstica. A associação informa as domésticas a respeito de seus direitos legais e econômicos e ajuda a registrar os membros no *Instituto de Seguros Sociales*, órgão colombiano de previdência social.

— *Compilado por Maria Lang*

LIVROS

TAKING CARE OF SIBÖ'S GIFTS: AN ENVIRONMENTAL TREATISE FROM COSTA RICA'S KEKOLDI INDIGENOUS RESERVE, de Paula Palmer, Juanita Sánchez e Gloria Mayorga. San José, Costa Rica: Asociación de Desarrollo Integral de la Reserva Indígena Cocles/KékölLdi, 1991

Sally W. Yudelman

Embora a Costa Rica seja considerada um país consciencioso do ponto de vista ambiental, governos sucessivos vêm-se concentrando mais diretamente na conservação da diversidade biológica do que na utilização racional de recursos naturais, tendo como resultado, ironicamente, maior deterioração ecológica. A Costa Rica tem o mais alto índice de desmatamento da América Central. Uma grave erosão, causada em grande parte pelo alastramento da pecuária nas últimas décadas, afeta cerca de 17% do país. Rios, lagos e habitats marinhos estão cada vez mais contaminados por escorrimentos agrícolas, resíduos industriais e esgotos, matando peixes, camarões e tartarugas. As vias navegáveis principais estão poluídas por depósitos de lixo e o uso indiscriminado de pesticidas ameaça a saúde humana. Afugentados de sua terra pela expansão da agricultura de exportação, os camponeses da região de Talamanca invadiram a reserva dos índios Cocles/KékölLdi, destruindo centenas de hectares da floresta tropical. A pressão sobre essa reserva aumenta, à medida que a agroindústria em grande escala deixa sem terra um número cada vez maior de camponeses.

Em breve o mundo celebrará o "Encontro de Dois Mundos", comemorando o quinto centenário do descobrimento das Américas pelos europeus. A contra-senha desse encontro foi a devastação de tribos indígenas em ambos os continentes causada pela conquista, doença, miscigenação, assimilação e assalto incansavelmente contínuo sobre a terra de propriedade indígena. Hoje, os remanescentes da cultura nativa da Costa Rica correm sério perigo, abrangendo escassamente 25 000 pessoas, menos de 1% da população.

Em *Taking Care of Sibö's Gifts*, a socióloga Paula Palmer, que há muitos anos trabalha e mora no litoral de Talamanca, juntamente com Juanita Sánchez e Gloria Mayorga, membros da diretoria da *Asociación de Desarrollo Integral de la Reserva Indígena Cocles/ KékölLdi*, contam-nos o outro lado da moeda: o que acontece às pessoas que vivem nas florestas em rápido desaparecimento. Esta pequena jóia de livro leva-nos a um diminuto canto do mundo indígena sobrevivente e apresenta-nos aos povos BriBri e Cabécar, mostrando-nos seus mitos, lendas e costumes, como vivem, o que está acontecendo com sua cultura e o que estão fazendo para salvá-la. Há mapas da reserva, fotos das pessoas e de suas atividades, relatos orais e apêndices que relacionam nomes e usos de produtos florestais e plantas medicinais.

As autoras e outros membros da comunidade também explicam o que significa ser indígena. "Nascidos no clã de nossa mãe, falamos nossa própria língua e seguimos costumes antigos ... Lembramos-nos da história do nosso povo e obedecemos às leis que Sibö [Deus] deu a nossos ancestrais ... Essas leis proíbem a destruição desnecessária de nossas florestas e dos animais criados por Sibö ... Não cortamos as árvores que usamos como telhado, cobertores ou tiras ... Só as pessoas que desconhecem seu uso as destroem ... Sibö exige que matemos apenas o que necessitamos para comer e usemos tudo do animal caçado, não desperdiçando nada ..."

A maioria dos animais nativos da reserva — paca, porco selvagem, tatu, macaco, crocodilo e jaguar — já desapareceu, vítimas de caçadores com cães e faroletes que ignoram as leis de Sibö sobre o uso dos recursos naturais.

Na década de 70, os costarriquenhos preocupados em proteger direitos indígenas criaram a *Comisión Nacional de Asuntos Indígenas* (CONAI). Em 1976, um decreto do executivo estabeleceu diversas reservas, entre elas a dos Cocles/KékölLdi. Em conseqüência de erro no levantamento da CONAI, camponeses não-indígenas foram incluídos nos limites. Como a lei tradicional dos índios proíbe a redução de seus territórios, o povo KékölLdi quer que a CONAI compre a parte dos agricultores. Infelizmente, a CONAI não está em condições de fazê-lo.

Este livro é um esforço para ajudar a levantar os fundos necessários. As propriedades compradas serão

incorporadas num único título e as terras da reserva serão de propriedade comum do povo KékölLdi. É evidente que, até serem resolvidas as questões de limites e até os camponeses sairem da reserva, continuarão os conflitos entre os habitantes da floresta e invasores e caçadores.

A *Asociación de Desarrollo Integral de la Reserva Indígena Cocles/KékölLdi* foi criada formalmente em 1987 para aplicar a lei tribal em toda a reserva. A associação também tem objetivos ambientais, econômicos e culturais: pôr fim à caça e pesca ilegais; criar a iguana verde (espécie em perigo de extinção) em circunstâncias de semidomesticação, a fim de gerar renda para a comunidade; proteger as árvores e plantas necessárias para a construção de moradias, cestos, sacos de fios, cobertores e remédios; reflorestar; e transmitir as aptidões, idioma e cultura tradicionais à geração seguinte por meio de um programa de educação indígena.

Em recente conferência sobre sustentabilidade da agricultura africana, realizada em Arusha, Tanzânia, o palenteólogo Richard Leakey observou que, desde o início da vida na terra, houve cinco principais episódios durante os quais classes inteiras de espécies se extinguiram. Com a atual perda acelerada da biodiversidade e das espécies, estamos à beira da sexta. Se a humanidade não sobreviver, adverte ele, isso ocorrerá a despeito do fato de sermos a primeira espécie com o conhecimento para impedir a própria extinção.

Taking Care of Sibös Gifts recorda-nos que um relacionamento respeitoso entre o homem e natureza é a chave da sobrevivência. Os esforços dos KékölLdi para salvar seu mundo e cultura antes de ser demasiado tarde merece não somente nosso respeito e apoio, mas — talvez mais importante ainda — nossa atenção. Em certo sentido, eles falam por todos nós.

SALLY W. YUDELMAN, *membro do* International Center for Research on Women, *preparou recentemente um estudo sobre a mulher, pobreza e meio ambiente na América Latina.*

A edição em inglês do livro pode ser pedida a Cultural Survival, 53-A Church St., Cambridge, Massachusetts 02138 *(telefone: 617-495-2562). Publicado pela primeira vez em espanhol em 1988 com o título de* Cuidando los Regalos de Dios *pelo Escritório de Ação Social do Vice-Reitor da* Universidad de Costa Rica, *será reeditado no iníco de 1992 em versão ampliada pela* Editorial Universidad de Costa Rica. *Para obter qualquer das versões, dirigir-se a* Cultural Survival, *no endereço acima, ou à* Asociación ANAI, Apartado 170-2070, Sabanilla Montes de Oca, Costa Rica *(telefone: 246-090).*

O *Centro Internacional de Investigaciones sobre la Mujer* concluiu recentemente um estudo acerca das atividades ambientais da mulher na América Latina. No relatório "Mulher, pobreza e meio ambiente na América Latina" destaca-se a gama de atividades ambientais realizadas pela mulher na região e apresentam-se recomendações para a formulação de políticas e programas. Em outubro de 1991, os autores Michael Polisso e Sally W. Yudelman apresentaram um resumo dos resultados do estudo nas conferências realizadas em Washington, D. C. e em Heredia, Costa Rica. A conferência da Costa Rica foi organizada pela *Fundación Arias para la Paz e el Progreso Humano*, Apartado 8-6410-1000, San José, Costa Rica, América Central, à qual se pode solicitar exemplares do relatórios.

RECURSOS

Os editores de um dos recursos deste número de Desenvolvimento de Base *falam de "um mar de mudanças em assuntos mundiais" que levou inexoravelmente a preocupação ambiental à atenção do público. Atribuem o impulso desse movimento, em parte, à cobertura, de âmbito mundial, de eventos na região amazônica, onde mais de 10 000 km² são queimados mensalmente e desaparece uma cultura indígena por ano.*

Outrora considerada manancial de riquezas naturais para alimentar o desenvolvimento nacional da América do Sul e suprir o mundo industrial de matéria-prima, a região amazônica está mostrando sinais de exaustão. As metas de alguns interesses concorrentes podem ser benignas em si mesmas, mas em conjunto e buscadas em excesso, ameaçam destruir uma base frágil de recursos, grande parte da qual poderá desaparecer antes que a humanidade compreenda seu valor potencial. Como a crise afeta não somente a região mas também pode pôr em perigo o clima do globo, envidam-se esforços no sentido de ajustar os padrões de consumo e produção do Norte industrializado e ajudar os habitantes da região amazônica a desenvolver mercados para métodos sustentáveis de desenvolvimento que melhorem a qualidade de vida, protegendo ao mesmo tempo a floresta para gerações futuras. Os recursos seguintes examinam alguns desses esforços inovadores.

Um bom lugar para começar a busca de soluções é um exemplar do livro **Amazonia: Voices from the Rainforest**, guia organizacional especializado, preparado pela *Rainforest Action Network*.

Destinado a ajudar os interessados e grupos de recursos e conhecimentos conjuntos, este manual descreve brevemente uma série de forças públicas e privadas que ameaçam a região amazônica: o impulso para a extração de petróleo, madeira e minérios sem considerar custos a longo prazo; derrubada de árvores para criação de gado; agricultura de corte e queimada por parte de colonos pequenos agricultores; plantação de cacau; e financiamento de grandes projetos governamentais de infra-estrutura, como represas hidrelétricas por parte de bancos multilaterais.

O livro examina mais de 250 organizações de todo o mundo que estão trabalhando para proteger o ecossistema amazônico. De interesse especial são as seções, por país, referentes às organizações indígenas e às ONG que as apóiam.

Dois desses grupos são a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). A FOIRN, federação de comunidades indígenas da área do Rio Negro, do Brasil, pressiona pelo estabelecimento de reservas legais que protejam suas terras contra desenvolvimento externo indiscriminado. A AS-PTA, ONG de apoio, ajuda as comunidades de pequenos agricultores a intercambiar novas técnicas e idéias em agricultura sustentável e comercialização.

Entre muitas outras organizações da América do Sul mencionadas figuram as da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. De acordo com **Amazonia**, muitos desses grupos não estão cientes da preocupação generalizada no Norte a respeito da situação da floresta tropical e de seus habitantes e aceitariam assistência concreta.

O item seguinte vem do *World Resources Institute* (WRI), que produziu os *WRI Guides to the Environment* para ajudar os leitores interessados a navegar através do labirinto de questões científicas e econômicas que afetam o meio ambiente mundial: do efeito de estufa ao desmatamento tropical e conseqüente perda de espécies, a alternativas em energia e transportes, a implicações ambientais do desenvolvimento agrícola e industrial, entre outros.

Para o seu segundo guia, o Instituto produziu **Trees of Life** para destacar a interdependência crescente entre o destino das florestas tropicais em rápido desaparecimento e das pessoas que nelas habitam, observando no prefácio: "quando as florestas morrem, também morrem as tradições e os meios de vida".

Começando com uma ampla visão histórica e contemporânea das florestas do mundo, **Trees** trata, nos três capítulos finais, de possíveis parceiros numa coalizão para pôr fim à destruição. As seções "O que os governos podem fazer?", "Os protetores voluntários da floresta" e "O que podemos fazer?" proporcionam exemplos de esforços de conservação em andamento e oferecem uma série de sugestões para os que desejarem ajudar. Os autores concluem instando os cidadãos dos Estados Unidos — um dos principais consumidores de

madeiras tropicais — a se informar e participar. Este livro mostra como fazê-lo.

Para informações sobre encomenda, dirigir-se a Beacon Press, 25 Beacon Street, Boston, Massachusetts, EUA 02108 (telefone: 617-742-2110).

Multiplicam-se as publicações orientadas para a conservação e entre as mais úteis destaca-se a do *Tropical Conservation and Development Program* da Universidade da Flórida.

Chamado simplesmente **TCD Newsletter**, seu formato inclui uma mescla informativa de relatórios de pesquisa, anúncios de bolsas de estudo, descrições de eventos passados e presentes relacionados com conservação e desenvolvimento, novas publicações e críticas literárias, para citar alguns itens.

Reveste interesse especial para os leitores de fora a seção *Action*, que descreve importantes esforços de conservação identificados pelos professores e estudantes do programa.

Por exemplo, o boletim recentemente observou que Medicina da Terra, organização ecológica brasileira que trabalha com indígenas para identificar remédios tradicionais eficazes e impedir o desmatamento, acaba de adquirir cerca de 8 100 hectares de floresta tropical virgem no Estado do Amazonas. Essa terra, adquirida com apoio de contribuintes preocupados dos Estados Unidos, permanecerá em seu estado natural.

Dirigir pedidos de assinatura do boletim, que publica materiais em inglês, espanhol e português, ao Center for Latin American Studies, University of Florida, Gainesville, Florida EUA 32611 (telefone: 904-392-0375).

A *International Rivers Network*, organização dedicada à preservação das vias navegáveis do mundo, publica o **World Rivers Review**, boletim bimensal que abrange uma ampla série de tópicos. Um número recente, por exemplo, trouxe notícias de uma coalizão ambiental nacional no Brasil; expôs as deficiências da Represa Balbina, do Brasil, que inundou 2 360 km² de floresta tropical, gerando apenas metade da produção prevista; e ofereceu uma visão moderada de 12 problemas que os construtores dessa represa não puderam solucionar. Embora o enfoque desse boletim seja mundial, grande parte de seu conteúdo aplica-se à América Latina. Para pedir informações sobre assinatura e a lista de publicações, inclusive um relatório especial sobre as ameaças ao Rio Bio Bio, do Chile, muitas vezes chamado "o Colorado da América do Sul", dirigir-se a International Rivers Network, *World Rivers Review*, 1847 Berkely Way, Berkely, California, EUA 94703 (telefone: 410-848-1155).

Outro boletim vem da *Arctic to Amazonia Alliance*, antigo *New England Tropical Forest Project*. O boletim trimestral da Aliança, **Arctic to Amazonia Alliance Report**, terá 12 páginas na próxima edição, que apresentará perfis de projetos, uma seção de recursos e artigos sobre temas tropicais, como perfuração de poços de petróleo nas florestas equatorianas.

A *Arctic to Amazonia Alliance* é organização educacional sem fins lucrativos, dedicada a contatos com grupos de base entre povos indígenas e não-indígenas que promovem um desenvolvimento ambientalmente consciencioso. Seu projeto extrator a extrator vincula colhedores de açúcar de bordo de Vermont a seringueiros do Brasil, para desenvolver tecnologias sustentáveis que ajudarão a salvar a floresta tropical. A Aliança também apóia o projeto de plantas medicinais Kinikinau, destinado a recuperar solo amazônico esgotado por pastagens mediante uma técnica agrícola indígena, apropriada ao cultivo de plantas medicinais nativas, preservando ao mesmo tempo o conhecimento médico tradicional e promovendo a auto-suficiência econômica.

Dirigir pedidos de assinatura a Arctic to Amazonia Alliance, P. O. Box 73, Strafford, Vermont, EUA 05072 (telefone: 802-765-4337).

— *Lynda Edwards*

☆ U. S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE : 1992 O - 318-992 QL 3

FUNDAÇÃO INTERAMERICANA

Conselho Diretor

Frank D. Yturria, Presidente; Yturria Ranch Enterprises
James R. Whelan, Vice-Presidente; The Whelan Group
Bernard W. Aronson, Secretário Adjunto de Estado de Assuntos Interamericanos
James H. Michel, Administrador Adjunto, Divisão para a América Latina e o Caribe, Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos
Ann Brownell Sloane, Diretora, Sloane and Hinshaw, Inc.
Norton Stevens
Paul E. Sussman, Chefe de Operações, Day Surgicenters, Inc.

Bolsas da Fundação Interamericana

A Fundação instituiu quatro programas de bolsas em apoio a profissionais do desenvolvimento e pesquisadores da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos, cujos interesses de pesquisas e carreira se relacionam com atividades de desenvolvimento entre as pessoas de baixa renda. Dois desses programas apóiam a pesquisa de campo na América Latina e no Caribe nos níveis de mestrado e doutorado; outro traz eruditos e profissionais latino-americanos e caribenhos aos Estados Unidos para treinamento avançado; o novo programa, a Bolsa Interamericana Dante B. Fascell, apóia atividades de divulgação do desenvolvimento de base de líderes latino-americanos e caribenhos de destaque.

As máterias das bolsas giram em torno dos seguintes assuntos: 1) natureza de eficientes organizações de base entre as pessoas de baixa renda; 2) natureza de eficientes organizações intermediárias ou de serviços; 3) avaliações sistemáticas de atividades locais de desenvolvimento, tais como estudos de programas e projetos de desenvolvimento destinados a beneficiar as populações mais pobres, inclusive pequenas empresas do setor informal, mulheres arrimos de família, populações indígenas isoladas e pescadores artesanais.

Endereço para inscrição e consultas:

IAF Fellowship Program
P. O. Box 9486
Rosslyn, VA 22209-0486
EUA

Índice

A silvicultura comunitária e a ecologia social do desenvolvimento — Bruce J. Cabarle

A luta pela floresta: conservação e desenvolvimento na Sierra Juárez — David Barton Bray

Em busca de uma explicação para a "tragédia dos comuns": os extratores de resina de Honduras — Denise Stanley

Levando o mundo ao Rio — Barbara Annis

Forum ● A marcha do Desenvolvimento

Notícias da Sede ● Livros ● Recursos